

001ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 20JAN2025

 **Pauta: Debater o PLE nº 003/25.**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (9h10min) Bom dia, senhores, são 9h10min, eu acredito que dez minutos já seja tempo suficiente para que as pessoas que queiram participar dessa audiência pública possam estar conectadas, sabemos que ao longo da audiência as pessoas entram e saem da sala, isso faz parte da democracia. Quero já dar as boas-vindas aos vereadores que se encontram presentes, não vou nominá-los aqui, porque, senão, eu vou ter que parar e abrir câmara por câmara para poder visualizá-los, mas já quero cumprimentar todos os vereadores que entendem a importância das discussões, que são sempre feitas no maior nível de respeitabilidade. Essa audiência pública foi convocada através de um edital:

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O SEGUINTE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE:- PLE 003/25 - ALTERA O CAPUT E O INC. III DO § 1º DO ART. 3º, O CAPUT E AS ALS. "A", "B" E "C", DO INC. I E O INC. II DO ART. 4º, O CAPUT E O § 1º DO ART. 5º, O CAPUT DO ART. 6º, O CAPUT E AS ALS. "A", "B", "E" E DO ART. 7º, AS ALS."B", "C", "E" E DO ART. 8º, O CAPUT DO ART. 35; INCLUI OS ITENS 1 A 6 NA AL. "B" E OS ITENS 1 A 8 NA AL. "C", AMBOS DO INC. I E O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º; REVOGA O § 2º DO ART. 3º, O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 3º- A, AS ALS. "D" A "N" DO INC. I DO ART. 4º, OS §§ 2º, 4º, 5º, 6º E 7º DO ART. 5º DA LEI Nº 2.312, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1961, ALTERA OS §§ 4º E 5º DO ART. 35, O ANEXO III E V-A DA LEI Nº 6.203, DE 3 DE OUTUBRO DE 1988, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (DMAE) A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 20 de janeiro de 2025, às 9h, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/140671>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.
Porto Alegre, 09 de janeiro de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

Tudo isso que eu li diz respeito à audiência pública de hoje, mais especificamente, para quem está nos acompanhando, fala sobre a questão do

DMAE, deixando claro que não é a questão da concessão do DMAE, não é nenhuma atividade relativa à mudança do DMAE, mas, sim, ao conselho do DMAE.

De pronto, eu vou passar a palavra ao André Coronel, para que ele possa fazer uso do tempo de dez minutos, junto com o DMAE, para explicar o projeto.

Logo em seguida, nós passaremos ao proponente da audiência, que é o Sindicato dos Municipários, também com dez minutos de utilização da fala.

E eu já vou solicitar ao nosso Diretor Legislativo, Luiz Afonso, que abra as inscrições, através do *chat*. Os vereadores não precisam se inscrever nessas dez inscrições, os vereadores já estão automaticamente inscritos, eu só pediria que também colocassem no *chat* aqueles que desejam falar, mas nós temos dez inscrições ao público geral, sendo que cinco inscrições a quem é a favor do PLE nº 003/25 e cinco a quem é contrário. Para tanto, nós vamos solicitar que as pessoas coloquem seu nome completo, seu CPF, e diga contrário ou a favor, para que aqueles primeiros nós possamos listar e já ficar garantida a vez. O Simpa, como eu disse, e a Prefeitura, através do DMAE, tem dez minutos livres logo já no início, quando eu passar a palavra, e cada inscrito terá cinco minutos para a sua consideração. Vamos alternar uma pessoa da comunidade a favor, um vereador, uma pessoa da comunidade contra, um vereador, não necessariamente um vereador contra ou a favor, mas vamos alternar entre a comunidade, os vereadores, que assim entenderem, poderem também fazer suas considerações a respeito deste PLE nº 003/25. Acho que foi bem entendido. Vou passar a palavra ao diretor legislativo para que ele possa dar maiores explicações sobre esta primeira rodada que teremos. Obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Bom dia, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e demais participantes da audiência. O sistema de inscrições está aberto neste momento, e essas instruções são muito importantes. A pessoa que deseja se pronunciar deve colocar o nome, um sobrenome e a palavra “a favor” ou “contrário”, para que

possamos fazer a distinção da divisão das inscrições. Neste momento, o *chat* está aberto, e já estamos aceitando inscrições.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Nós vamos aguardar um pouco as inscrições para que possamos organizar a audiência. Quero informar também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo YouTube da TVCâmara Porto Alegre, pelo canal 11.3 da TV aberta digital e pelo canal 516 da NET/Claro. Ou seja, estamos veiculando tudo o que está acontecendo neste momento nesta audiência pública tão importante para a participação da sociedade. Diretor, acho que ainda não abriu ali. O senhor tem que liberar. Estava olhando aqui, e o *chat* ainda não está disponível.

Vou pedir novamente que os vereadores se inscrevam, mas só para esclarecer: não constam nos 10, *ok*? Todos os vereadores já têm, de ofício, sua fala garantida. Vamos aguardar só o diretor abrir o *chat*.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Está aberto, está aberto, Presidente. Acho que a senhora pode iniciar, passando a palavra para o governo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou pedir, Luiz Afonso, que mande novamente a senha de acesso. Tem pessoas que estão solicitando.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É importante, Presidente, informar que nós não geramos a senha; o sistema gera uma senha automaticamente, mas nós não. A senha já está disponibilizada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Já está disponível, *ok*. Então, passo a palavra, de imediato, ao André Coronel para que faça uso da palavra. Acredito que, em seguida, será encaminhado ao DMAE.

SR. ANDRÉ CORONEL: Bom dia, Presidente Comandante Nádia, bom dia aos nossos vereadores e bom dia às pessoas que acompanham a nossa audiência pública. Primeiramente, é importante destacar, com relação a esse projeto, que ele é fonte de avaliação de estudos durante os nossos quatro anos como gestão passada. A gente percebeu – inclusive, tratamos desse tema na transição, agora, no nosso escritório de transição – a necessidade de fazer mudanças no DMAE, mudanças administrativas que visam, especialmente, modernizar e melhorar a eficiência da autarquia.

Essas mudanças são oriundas do nosso dia a dia no DMAE, de avaliações dos nossos diretores, do diretor-presidente e, sobretudo, visam melhorar os serviços que hoje o DMAE presta. A verdade é que nós passamos por um momento muito difícil, especialmente com relação à enchente que nos assolou aqui no Município, e muito do que está proposto aqui visa melhorar essa eficiência, especialmente a criação de uma diretoria de proteção de cheias e também diretorias que visam modernizar o DMAE e atender os anseios da nossa comunidade.

Portanto, as mudanças, ainda que administrativas, têm efeito no atendimento ao cidadão. A mudança de conselho agora para conselho consultivo e não mais deliberativo também tem esse escopo de acelerar, digamos assim, o poder decisório dentro da autarquia. Evidente que há necessidade de sempre ouvirmos, especialmente aqueles que exercem o controle social sobre a autarquia; isso é importante, é relevante, mas também a gente entende a necessidade de ter maior eficiência e maior velocidade nas decisões.

A criação dessas novas diretorias também tem por finalidade modernizar o atendimento, especialmente lá na ponta. É claro que todos sabem, isso veio das urnas, que temos a convicção de realizar a concessão do DMAE. Não estão concluídos os estudos. Por orientação do prefeito Melo, estamos aprofundando ao máximo, porque sabemos que não podemos errar nesse tema tão caro para o cidadão porto-alegrense. Então, estamos estudando com toda a profundidade que o tema exige para a cidade de Porto Alegre.

Por fim, como registrado pela Presidente, não se trata aqui, neste momento, de projeto de concessão. Na realidade, esse tema vai ser tratado mais à frente,

como eu disse, finalizados os estudos e com muita responsabilidade. Então, por enquanto, o que estamos propondo aqui são mudanças administrativas que visam, sobretudo, melhorar a eficiência da autarquia. Eu vou passar agora ao diretor-presidente Darcy e, na sequência, ao Matheus, para detalhar melhor o projeto.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Bom dia a todos, bom dia, Presidente, bom dia, vereadores, demais participantes e ouvintes. Como já falou o secretário André Coronel, esse projeto de lei tem basicamente dois vieses, e com os quais a gente compactua integralmente, porque já estamos trabalhando em gestão há bastante tempo, todo mundo sabe que eu participo de gestão no DMAE há bastante tempo.

O primeiro viés é a mudança da atribuição do conselho. Muita gente fica questionando isso, mas são bem claras as razões da mudança, e eu posso até ler aqui, na competência criada ao conselho deliberativo, quando da criação do DMAE, em 1961. Diz assim o art. 7º: “Compete ao conselho deliberativo: a) aprovar planos de obras, proposta orçamentárias, operações financeiras, concorrências públicas e administrativas, convênios, tabelas de tarifas e contratos.”

Senhores, é bem claro. Vamos por partes: planos de obras e tabelas de tarifas. Isso não é atribuição de conselho deliberativo de órgão de saneamento. Nenhum operador de saneamento no Brasil tem esse tipo de dispositivo. Quem aprova ou delibera sobre planos de obras, tabelas de tarifas, são as entidades e agências reguladoras, em cumprimento à legislação federal sobre saneamento, desde 2007, foi alterada em 2020. É dali que tem que sair o plano de obras, que tem que ser baseado nessa lei, nas diretrizes, nas metas que ela estipula, e as tarifas têm que ser discutidas com a agência reguladora, não é um conselho deliberativo interno do DMAE que vai deliberar sobre isso. A gente entende que isso está em desacordo com a modernidade de gestão, como falou o secretário André Coronel. Outra atribuição do conselho criado em 1961: proposta orçamentária e operações financeiras. Mas proposta orçamentária e operações financeiras

também não podem ser de um conselho deliberativo dentro do DMAE; são temas de competência da Câmara de Vereadores, analisadas no Plano Plurianual, na LDO e na LOA. Não é, não dá para ser. A gente fica travado, vamos ser bem sinceros, a gente fica travado, tendo que passar esse tipo de plano dentro de um conselho deliberativo.

Outra atribuição criada em 1961: aprovação de concorrências públicas, convênios e contratos. Mas concorrências públicas, convênios e contratos de um órgão de saneamento público são demandados a partir do plano de obras, de investimentos, de atendimento à universalização, às metas de saneamento, e os contratos e licitações são regidos pela [Lei Federal nº 14.133/21](#) e pelos decretos municipais que regulamentam, no âmbito do Município, o funcionamento a Lei nº 14.133/21. Não é papel do conselho. E vou dar um exemplo bem objetivo, bem claro aqui, sobre isso, que é da realidade atual da cidade de Porto Alegre. Para quem não sabe, essa contratação de geradores, tão polêmica do dia 1º de janeiro para cá, foi postergada por quatro semanas, entre setembro e outubro, porque o conselho estava em dúvida sobre a contratação. Eu mesmo, participando da sessão do conselho, na quarta vez, disse assim: “Olha, pessoal, vocês sempre foram parceiros de funcionamento do DMAE, mas vocês estão indo contra a operação, a eficiência e o funcionamento da cidade, porque nós poderíamos...” Então, o resumo disso: se tivesse sido aprovado na primeira sessão, porque só tem uma sessão por semana, nós poderíamos ter tido esse contrato operando quatro semanas antes do que ele começou. E talvez, no dia 1º de janeiro, não tivéssemos tido tanto problema operacional de funcionamento de casas de bombas por causa dos geradores.

Isso é só um dos exemplos da forma burocrática que se tornou o trabalho do conselho, e não é demérito dos conselheiros nem contra a boa intenção, a boa-fé deles. Acontece que o sistema, assim burocratizado, não está moderno, eficiente e rápido como a sociedade quer. Estou opinando isso como integrante de direção-geral desde 2017, sei o que estou falando.

O outro viés dessa reforma é a reforma administrativa com o aumento do corpo diretivo, que é uma linha normal que está acontecendo em todas as companhias

de saneamento no Brasil. Então, basicamente, temos aqui a criação de diretorias de proteção contra as cheias, que nunca teve uma atenção especial dentro da cidade, e agora se tornou, pelos eventos de 2023 e, principalmente, de 2024, uma separação entre a diretoria administrativa, que hoje faz o papel administrativo-financeiro, e a separação das atribuições entre a parte administrativa e a financeira. Também a criação de uma diretoria de regulação e governança, fundamental hoje em dia para os órgãos de saneamento. As companhias modernas de saneamento têm uma diretoria focada para isso e uma diretoria de novos negócios. O que é a diretoria de novos negócios? Uma diretoria que busca expandir o trabalho da autarquia ou da empresa de saneamento. Também é um viés extremamente técnico e moderno para melhorar a eficiência do departamento, procurar novas formas de contratação, buscar ações e atividades, e nichos de mercado que possam trazer mais eficiência, aumentar a arrecadação, aumentar o tamanho e a força do DMAE. Então, essas modificações são bastante técnicas, são, como disse o secretário André Coronel, com base na experiência da gestão, da primeira gestão que agora foi reconduzida com uma votação bastante forte, entende? Então, há de se entender que, basicamente, são essas mudanças. Não é muito mais do que isso; o projeto de lei não é muito longo e o papel dele basicamente são essas duas mudanças aí. Muito obrigado.

SR. MATHEUS DA ROCHA: Bom dia, Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e todos os interessados que prestigiam o tema e participam desta importante oportunidade, para que a gente possa expor de forma mais transparente todos os pontos do projeto de lei que tratamos nesta oportunidade. Mas, como bem destacou o diretor-geral Darcy e também o secretário André Coronel, esse projeto de lei diz respeito... Vou trazer de forma bastante sucinta alguns pontos, para não ser redundante com as falas anteriores, mas a gente tem alterações produzidas na [Lei nº 2.312/61](#) e também na lei que traz a organização administrativa do DMAE, no sentido de planos e cargos. São alterações pontuais que dizem respeito a produzir e viabilizar ganhos de

eficiência que culminam, obviamente, na qualidade, na melhoria, no incremento de qualidade na prestação de serviços.

Então, o primeiro ponto que a gente pode destacar é que, de fato, temos aí um controle de legalidade ou ateste de legalidade desse projeto, que foi objeto de manifestação da Procuradoria-Geral do Município, da Procuradoria Legislativa da Câmara de Vereadores, e que atesta, então, o regular exercício das competências do Poder Executivo e também das alterações, das modificações propostas.

Em suma, como já discorrido, nós temos a alteração do caráter deliberativo do conselho para conselho consultivo, a composição do conselho consultivo, um ajuste de competências do DMAE, a restauração da autonomia administrativo-financeira e contábil do DMAE e, obviamente, também alguns pontos de reorganização administrativa, como já destacado pelo nosso diretor-geral. E, talvez aqui, trazendo algumas luzes a essa que pode ser a alteração que tem chamado mais a atenção dos debates, que tem clamado um pouco mais de esclarecimentos a respeito do tema, é importante a gente destacar que a motivação da alteração do caráter deliberativo do conselho para consultivo vem, especialmente, num alinhamento das normas federais, ou seja, num alinhamento daquilo que traz a [Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, a Lei nº 11.445/07](#), que é o decreto regulamentador. Isso traz uma racionalidade com base em evitar conflitos de competências, redundâncias decisórias que sejam desnecessárias e possam prejudicar a eficiência de alguma ação concreta da própria autarquia.

Mas é importante a gente destacar que o controle social, que é muito atrelado hoje à representatividade e atuação do conselho, é mantido igualmente. A gente tem todas as questões atinentes ao controle social exercido por órgão colegiado assegurado com base no art. 47 da lei federal mencionada, a Lei nº 11.445. Então, se possível, peço apenas para a gente dar seguimento aqui.

Apenas elucidando isso, como que a gente alinha essa atuação do conselho à norma federal? É justamente no dispositivo do art. 47 dessa lei federal e no próprio decreto que a regulamenta que demonstra que esse controle social

poderá ser feito, sim, com a participação de órgãos colegiados que terão, então, esse caráter consultivo. Aqui já destaco, de antemão, que não é uma obrigação que ele seja consultivo, não é uma obrigação que ele seja deliberativo. Há, sim, uma racionalidade para que ele seja consultivo, na medida, obviamente, em que há uma concorrência de competências com outros órgãos, na medida em que se impõe a ele esse caráter deliberativo. É importante a gente ter em mente que o controle social não se restringe tão somente à participação desses órgãos colegiados, mas também como um instrumento, que aqui realizamos, de audiência pública, os debates, as consultas públicas e, até mesmo, conferências. Então, essa sobreposição que a gente aqui menciona, essa redundância decisória, e como já mencionado também pelo diretor-geral, ela vai encontrar eco ou vai se manifestar diretamente relacionada a esses planos de obras, tabelas de tarifas. A gente tem uma competência bastante clara atribuída às agências reguladoras, assim como propostas orçamentárias, operações financeiras em que a gente tem a Câmara Municipal como a verdadeira competente para deliberar a respeito dessas aprovações. E aqui, não quero redundar naquilo tudo que já foi trazido pelos que me antecederam, apenas destacando que a composição do conselho consultivo também recebe algumas proposições de alteração. A ideia aqui é trabalhar com um conselho com uma paridade institucional, que a gente tenha assegurada a representação da sociedade civil em paridade com os órgãos do Poder Executivo. E que esse conselho possa seguir com os seus exames técnicos, obviamente, sendo incitado a manifestar-se sobre questões como formulação de políticas públicas, planejamento e avaliação desses serviços, mas também agora construído a partir de uma visão mais ampla, considerando também atores do Poder Executivo envolvidos e diretamente relacionados à prestação de serviços que o DMAE possui.

Então, são produzidas também alterações pontuais na competência do DMAE, no sentido de que o DMAE reúna condições legais ou competências para atuar em cooperação com o DEMHAB quando seja necessária a realocação de famílias em situação de vulnerabilidade, para que possam ser realizadas obras

ou intervenções de melhoria, qualificação da infraestrutura para a prestação de serviços da competência do DMAE. Então aqui, sendo bem claro, não é uma vocação de competência do DEMHAB para o DMAE, e, sim, uma atuação cooperativa, em cooperação, para que essas questões possam ser realizadas por ambos os órgãos.

Da mesma forma que a gente trata de restaurar legalmente a autonomia administrativa, financeira e contábil do DMAE. É um termo um pouco mais técnico-jurídico de repriminção de artigos, os artigos 1º e 2º da Lei nº 2.312, de 1961, que haviam sido revogados por lei de 2021, que a gente trata aqui de revogar a lei que os revogou, então, torná-los à vigência plena.

Por fim, como também discorrido exaustivamente já pelo diretor-geral Darcy, o projeto de lei vai trazer algumas alterações, criações e exclusões, que dão conta de uma reorganização da estrutura administrativa, uma estrutura diretiva do DMAE, para que a gente possa alcançar alguns níveis de eficiência e inovação, tanto na operação, na prestação de serviços, como no desenvolvimento de soluções inovadoras e captação de recursos. Presidente, são essas somente as considerações. Peço desculpas caso tenhamos extrapolado o tempo do Poder Executivo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Eu acredito que tenha sido bem gerenciado todo o tempo. Eu quero dizer que passaram seis minutos. Nós também daremos esses seis minutos a mais para o Simpa. Quero cumprimentar aqui a vice-prefeita Betina Worm, que também se encontra nesta audiência pública. De imediato, gostaria de informar ainda que estamos fazendo as inscrições. É necessário, pelo *chat*, colocar o nome completo. Estou vendo que as pessoas só estão escrevendo contra ou a favor, é importante o nome completo e a sua indicação – a favor ou contra –, para que o nosso diretor legislativo possa fazer as inscrições devidas. Assim como os nossos vereadores também poderão, a qualquer momento, se inscrever, pois a palavra será garantida. Quero passar também o mesmo tempo, agora de 16 minutos, ao Simpa para suas considerações. A palavra está com os senhores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, só me deixa fazer um breve aviso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um momento então, estou segurando o tempo aqui.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Na verdade, só para informar a todos que as inscrições estão liberadas pelo *link*. Algumas pessoas relataram que estavam com alguma dificuldade para entrar, mas fizemos um ajuste aqui nas configurações. Tanto é que neste momento tem 203 pessoas, muita gente entrou. Mas agora, só para informar, é só clicar no *link* que a pessoa estará dentro.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, uma pergunta ao diretor, talvez à senhora, mas acho que ao diretor diretamente: se a minha inscrição já consta.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, vereador. Logo que abriu a audiência, os vereadores Coronel Ustra e Jonas Reis se inscreveram. Então, o senhor é o terceiro.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Posso me inscrever também? Luiz Afonso, me inscreva também, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Não, desculpe, vereador, o senhor é o quarto. Na verdade, o Ver. Erick entrou antes do senhor.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Bom dia, Luiz, peço inscrição também aqui, o Ver. Erick.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O senhor já está inscrito, vereador. Peguei a sua inscrição pelo *chat*.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver.^a Cláudia Araújo também se inscreve.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É importante colocar no *chat*.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vamos ver aqui. Primeiro, Ver. Ustra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Depois, Ver. Jonas; depois, Ver. Erick Dênil; depois, Ver. Pedro Ruas; Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Cláudia Araújo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Mais algum vereador se inscreve?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Juliana já se inscreveu pelo *chat* também.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Ver.^a Mariana Lescano, por favor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Ver.^a Mariana Lescano está inscrita.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Ver.^a Grazi está inscrita antes da Lescano.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, vereadora, está registrado. Ver. Oliboni, Ver. Gilvani o Gringo, que está se inscrevendo também.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok. Já temos os inscritos para contra e a favor, Luiz Afonso? Eu vi que tem algumas pessoas só colocando nome e não estão colocando que são a favor ou contra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É, na verdade, assim, isso é muito importante. A Ver.^a Natasha e a Ver.^a Karen também se inscreveram. Na verdade, assim, é muito importante que as pessoas coloquem a sua condição de favorável ou contra o projeto, para que nós possamos verificar aqui. Pessoal, vou ver aqui direitinho quem é o primeiro inscrito. A primeira pessoa inscrita é a Sra. Jaqueline Balconi.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vai ser o Simpa primeiro, Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não, sim, sim, só estou informando...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só estamos conferindo o nome das pessoas que se inscreveram, vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Sra. pode, Presidente, dar a palavra para o Simpa, enquanto eu atualizo aqui as inscrições. Dezesesseis minutos, então, conforme combinado, foi a utilização do Executivo, nós daremos o mesmo tempo. Sendo que, vou reforçar aqui, para os inscritos serão cinco minutos para que a gente possa, efetivamente, dar o mesmo tempo para todos. Obrigada. Simpa, a palavra é com os senhores.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Bom dia a todos que assistem à audiência. Sou diretor do Simpa. A minha fala vai ser dividida com a colega Sandra Darui, que é coordenadora do Cores-Simpa. Em primeiro lugar, quero manifestar aqui o nosso protesto em relação ao fato de a audiência ser *online* e não ser presencial, com uma semana de prazo, nesta data, diante da importância que esse PLE introduz na discussão, que é justamente a questão da privatização do DMAE, via processos e procedimentos, que facilita o encaminhamento nesse sentido. Isso ficou bastante claro pelas falas que me antecederam em relação à exposição de motivos. Ora, uma coisa que é boa para a cidade, algo que é bom para os servidores, algo que fortalece o serviço público, algo que significa governança para a cidade de Porto Alegre não precisa ser feita às pressas, de forma não transparente, de forma açodada, e limitando em muito a participação dos servidores, da sociedade civil de Porto Alegre, dos moradores da cidade. Pois o que se trata nesse projeto não é somente a questão de transformar o conselho deliberativo em consultivo. Um conselho que foi pioneiro no Brasil e que tem funcionado dentro dos conformes, sem nenhuma objeção, com as melhores práticas possíveis. O problema que ocorreu, e se ocorre, não é o problema da existência do Conselho Deliberativo do DMAE, e, sim, o problema de gestão, o foco que tem a gestão. Claramente, desde a gestão anterior, do prefeito Marchezan, tendo continuidade na gestão do prefeito Melo, que é de qual prática, qual propósito? É a questão da privatização do DMAE, ora chamado de concessão, ora de parcerização, sem um debate com a cidade, sem levar em conta o interesse público, visando, na verdade, facilitar a entrega do DMAE, facilitar a entrega do saneamento público, a questão da água, a questão do esgoto, enfim. E o que tem acontecido com o DMAE? O DMAE tem sido, na verdade, não há como dizer de forma diferente, propositalmente precarizado desde 2017 para cá, de forma clara: um processo enorme de terceirização, a não reposição dos servidores, a perda de autonomia administrativa e uma série de questões paralisadas, fruto de uma gestão voltada não para atender à população, mas, sim, viabilizar o negócio. Essa é a questão. Então, o PLE nº 003/25, na verdade, não encaminha ainda a concessão, a privatização, mas

pavimentação e facilita isso aí. Haja vista que há a questão da abrangência da atividade do DMAE, por causa de uma forma aqui, há a questão da transformação do conselho e a sua distorção de representação. É, sim, um mecanismo de controle bastante importante. Não haveria o porquê de modificá-lo. Também há toda a questão de viabilizar, em vez de aproveitar-se tecnicamente dos servidores do DMAE no sentido de indicações de caráter técnico, mas, na verdade, com uma visão pró-mercado. Essa que é a grande questão, porque não há justificativa de que o DMAE se encontre na situação que se encontra, tendo capacidade e condições como já teve em períodos passados. Um órgão reconhecido em nível mundial, internacional, como referência na área do saneamento ter sido precarizado, contando com um pouco de seus servidores do quadro próprio nesse período todo. O DMAE que, no mês de julho, ou em maio, como pré-cheia, tinha R\$ 472 milhões de caixa. Dinheiro arrecadado para quê? Para manter e aprimorar o serviço do DMAE. E por que não foi? Por uma questão de gestão. Não foi por causa do conselho deliberativo do DMAE, não foi por nenhum outro impeditivo. Simplesmente uma visão que se tem de que o público não funciona e o mercado funciona. É uma diferença bastante grande, que acho que é um conceito que deve ficar bem claro entre todos nós, que é o quê? O que é o serviço público? É algo numa sociedade como a nossa, onde nem todos têm as mesmas condições de acesso ao básico, em áreas centrais como, por exemplo, a questão do saneamento. Esse é o serviço onde existe uma tarifa que é cobrada para manter e aprimorar o serviço. Quando resulta em R\$ 432 milhões em caixa, significa o quê? Que algo não foi feito, que não tinha sido feito até esse período o investimento necessário, a reposição de pessoal, a compra de suprimentos e equipamentos adequados, de acordo com o caráter técnico. Nada disso aconteceu. Então, veio a cheia, que realmente foi um efeito superveniente, mas que, dadas as condições e circunstâncias, houve toda essa dificuldade de entendimento. E o que a gente vê nesse período todo? Nós não vemos uma preocupação do PL que vai modificar, que vai ajustar no sentido de contemplar o interesse da população, mas, sim, no sentido de tornar menores os mecanismos de controle, agilizar os encaminhamentos em termos de

contratação. E tudo isso é um debate para a sociedade, porque algo como da importância, por exemplo, uma concessão do DMAE, por 30 ou 35 anos, é uma coisa que vai tornar a cidade refém de um monopólio privado. O DMAE, que é um monopólio natural, por isso serviço público, passa a ser de um controle de uma empresa que, certamente, como método e objetivo está não prestar o serviço em si, mas ganhar dinheiro com essa prestação de serviço, que é a meta e o objetivo de qualquer empresa, seja ela qual for, Aegea, Equatorial, ou outra qualquer. E esse é um processo que vem ocorrendo na contramão do que vem acontecendo em muitos lugares do mundo, na própria Europa, nos Estados Unidos, aqui na América Latina, onde experiências como essas foram tentadas no passado e não obtiveram sucesso. Não obtiveram sucesso justamente por isso, porque não é um negócio enquanto mercado que haja concorrência e, sim, um negócio que vai permitir que uma empresa ganhe dinheiro às custas de uma cidade conjunta, coletiva, como a nossa, que tem dificuldades, tem grandes segmentos de população excluídos, e certamente não será prioridade de atendimento. Isso significará o quê? Ou a empresa vai ser ressarcida pelo cofre público, ou não vai ser mantida a tarifa que nós temos hoje. Então, não há nenhum sentido, neste momento, esse debate. O debate que vocês estão fazendo com o governo e temos tentado fazer há muito tempo, inclusive, infelizmente, há mais de um ano e pouco, a antiga direção do DMAE não nos recebia, temos expectativa que isso possa acontecer, era o quê? É repor o quadro de servidores, ter devolução da autonomia administrativa de caráter técnico, e aí abro um parênteses: inclusive na última reunião, a questão do DMAE poder elaborar projetos, concorrer ao PAC, foi uma proposição que o Cores fez depois de um acidente de colega nosso sofrer no ano retrasado, isso significa ações proativas. Agora, não basta somente isso, há necessidade que o DMAE volte a ter, sim, autonomia administrativa e ter uma organização interna o mais aprimorada possível, mas com foco na entrega do serviço à população e, não, transformar o serviço de saneamento público de Porto Alegre em um negócio privado.

Portanto, o Simpa – Cores - DMAE, tem uma posição contrária à aprovação desse PL, justamente porque ele não tem abrangência e foco no sentido que nós entendemos que deve ter a gestão do serviço público. Não é uma lógica de gestão de um governo, que tem toda a sua liberdade e sua prerrogativa de propor o que quiser, mas, sim, um debate amplo. Nesse sentido, os vereadores de Porto Alegre, independente da sua questão partidária, entendemos que têm que pensar no conjunto da população da cidade: o que significa isso para a cidade, os seus reflexos ao longo de todo o tempo. Até porque, se for concedido, e esse PLE n° 003/25 abre caminho para esses procedimentos, mesmo que haja uma visão diferenciada em pouco tempo, certamente vai ter um custo muito maior para a cidade, porque qualquer retomada de uma concessão privada, que nós chamamos de privatização, porque na verdade é uma privatização facilitada, vai significar uma indenização, certamente, de proventos, ou de dividendos futuros não resgatados, frustrados. Então, tem toda uma série de discussões e a gente tem que ter muita atenção nesse momento. O que o DMAE precisa hoje não é extinguir o conselho deliberativo, tal ou qual ajuste; precisa, sim, ter a autonomia administrativa com uma gestão voltada a interesses coletivos da cidade, em especial às parcelas mais carentes da cidade, a reposição imediata de quadro de servidores. Inclusive, até o presente momento, do recente concurso realizado, desde que o concurso foi finalizado, foram 14 cargos, com 33 vagas somente autorizadas formalmente em edital, fruto de uma representação que nós fizemos junto ao Tribunal de Contas, de gestão temerária, em julho de 2023, até agora, nós já estamos no final de janeiro, não houve nenhum início de nomeação. Inclusive, na última reunião que nós tivemos com o secretário do governo, André Coronel, pleiteamos que houvesse, no mínimo, de imediato, essa nomeação. Ou seja, o DMAE se encontra em dificuldades, há problemas de abastecimento, nós temos ainda a Ponta do Arado que deveria estar em funcionamento já, parada, a terraplanagem sem obra nenhuma, desde 2017, e já deveria ter sido desenvolvido todo o processo, mas não foi. Isso significaria muito menos problema de desabastecimento na Lomba do Pinheiro, na Zona Sul da cidade. Vimos problemas de manutenção numa série de equipamentos do DMAE, efetivo

extremamente reduzido em áreas de ponta, conhecimento acumulado por servidores do DMAE que não têm formação no mercado, mas que aprendem a fazer sendo perdido na medida em que as pessoas vão se aposentando. No quadro atual de servidores do DMAE, nós temos mais de 300 colegas em condição imediata de se aposentar, e, com a falta de perspectiva, certamente o farão. Não há nenhuma política de reposição disso. Mesmo esse modelo de negócio sendo estabelecido, é um modelo de médio prazo, de algum tempo, e será caótico isso. Então, não há nenhum sentido, e não conseguimos inclusive entender, porque, independente da linha ideológica de governo, se a gestão pública tem como compromisso gerir o serviço para a cidade, se tem um modelo que o passado já comprovou que funciona, e começou a ter dificuldades a partir dessa ingerência na sua gestão, por que não ser mantido se certamente vai ter uma qualidade maior e o custo muito menor para a população do que o modelo privado que, certamente, vai trabalhar com a questão da tarifa, vai trabalhar com o menor custo em nível de pessoal e certamente vai exercer o serviço voltado ao interesse dos seus acionistas, através de dividendos. Essa é questão pura. Então, há necessidade, sim, de serviço público na educação, na assistência social, no meio ambiente, enfim, em todas as áreas, porque é o serviço público que garante a cidadania, e não o negócio privado.

Portanto, nós somos contra o PLE nº 003/25, porque ele não tem serventia, não atende o interesse da cidade e não torna o DMAE mais eficiente no sentido de prestar a sua missão, de cumprir a sua missão que é atender o conjunto da população de Porto Alegre visando não o lucro e, sim, a prestação de serviço. No nosso entendimento, é um procedimento feito de forma açodada, num período completamente adverso, num debate que devia ser público, numa sala com restrições, eu mesmo tive bastante dificuldade de conseguir acessar à sala, imagino que várias pessoas por aí, 9h da manhã, uma semana de antecedência, sendo que foi necessário que o Simpa ajuizasse essa questão para que pudesse ocorrer. Então, entendemos que até quinta-feira deve haver por parte do conjunto dos vereadores, uma boa reflexão, porque se trata, na verdade, de uma discussão de fundo: ou a gente preserva um órgão público que já foi e tem

condições de voltar a ser, em pouco tempo, referência em nível nacional e em nível internacional na área de saneamento, ou vamos ter a cidade entregue ao monopólio privado. Eu acho que essa é uma hora de a gente estar debatendo aqui e não é nem mercado; é questão de monopólio, porque não haverá concorrência, não haverá uma torneira ou outra para a pessoa escolher a marca para dizer qual será a melhor. É simplesmente uma torneira, e essa torneira será na área do saneamento, na área total das coisas, algo que tornará a cidade refém. Então, é um debate que interessa muito à cidade, e deve ser debatido com o conjunto da cidade, com o tempo hábil, como a transparência necessária, ou seja, é uma questão de interesse público, não é uma questão que pode só ser encaminhada sobre o ponto de vista de interesse de mercado. Por mais que algumas pessoas tenham essa visão, na verdade, a realidade demonstra que isso não é funcional. Não tem sentido uma séria dificuldade que o DMAE atravessa, sem precisar tê-las, basta que haja uma decisão da administração de atender a cidade no sentido de ter um serviço público eficiente, e nisso o DMAE tem *expertise*, tem conhecimento e capacidade de fazê-lo. Nesse sentido, eu termino, nesse primeiro momento, a minha manifestação. Passo a palavra à minha colega Sandra Darui, representante do Cores-DMAE.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Edson. Só informando que estamos em 12 minutos e 30 segundos. A Sra. Sandra Darui, do Simpa, está com a palavra.

SRA. SANDRA DARUI: Bom dia a todos e todas. Eu sou Sandra, eu sou do Cores-DMAE, sou a coordenadora do Cores. Eu vou complementar a fala do Edson. Sou funcionária do DMAE há 22 anos. A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que o conselho deliberativo do DMAE nunca atrapalhou qualquer decisão. E assim, foi muito muito injusto da parte do diretor da Darcy dizer que o conselho foi responsável por ter atrasado alguma coisa, cuja direção do DMAE teria que ter feito há muito tempo, na primeira enchente, lá em setembro, quando foi encaminhado o processo por um colega nosso, pela área técnica do DMAE,

que é muito eficiente, e que, na verdade, não foi encaminhado, ficou até janeiro de 2024 sem ninguém encaminhar nada. Então é muito injusto dizer isso, que o conselho do DMAE atrapalhou alguma coisa durante a enchente agora. Então, na verdade, o conselho é o controle social que o órgão precisa ter, porque a gente teve, só nesses dois últimos anos, dois casos de corrupção no DMAE. Então, um caso de corrupção foi justamente do gerente de licitações do departamento, que era um cargo comissionado, e deve estar sendo investigado, espero que esteja sendo investigado; e o outro, é o próprio diretor do DMAE, um dos diretores que dizia que queria eliminar o conselho.

Então, um dos pontos desse PL é o conselho. Outra, eu não vou falar, porque acho que bastante gente vai falar sobre isso, mas eu quero falar sobre outro ponto. Quando dizem que a questão da regularização fundiária, que o DMAE vai ajudar a fazer a regularização fundiária dentro desse PL, ou que DMAE não tem uma cooperação junto ao DEMHAB, é uma mentira muito grande. Por quê? Porque tem muitos porto-alegrenses, mas muitos mesmo, que o único endereço que eles têm, o único comprovante da residência que eles têm é do DMAE. Em que momento se diz que o DMAE não tem cooperação com o DEMHAB? Só quero dizer assim, enquanto o DMAE continua fazendo – inclusive saiu uma notícia no site do DMAE –, dez quilômetros de redes novas, todas essas redes novas em comunidades, isso é uma mentira muito grande. Então, na verdade, estão querendo colocar atribuições no DMAE que não lhe competem; que competem à área fundiária da Prefeitura.

Outra coisa importante é a questão de o conselho ser consultivo, e alguém falou, acho que foi o procurador que falou, que tem paridade. Qual paridade se a maioria dos membros vai ser da administração? Então, não tem essa paridade, essa paridade não existe. Essa paridade existe agora, quando tem representantes de diversas categorias da sociedade, inclusive do Simpa, que foi retirado do conselho. Então isso é outra coisa que não tem sentido.

Outra coisa, quando dizem que não é sobre concessão do DMAE, abre sim, abre a delegação do saneamento sim, porque a gente sabe que tem outros projetos que vão ser encaminhados, e uma simples frase ali já abre um precedente

justamente para essa questão da delegação dos serviços. Então, na verdade, não é uma modernização administrativa só; sim, é uma abertura para um passo maior que o próprio André Coronel já disse, que o prefeito vai encaminhar a concessão do DMAE. E vocês imaginem agora, falei, inclusive, numa reunião com o governo, na sexta-feira, o papel de um diretor dentro do DMAE, agora, que não sabe qual é o futuro da autarquia. Imaginem nós, servidores do DMAE, quando a gente não sabe qual é o nosso futuro, a insegurança, o que a gente vai comprar esse ano, quais são os contratos que nós vamos fazer, quais são as coisas que são importantes, porque a gente não sabe nem o que é importante para o DMAE agora. A direção atual do DMAE não sabe nem o que é importante, porque ela não sabe o que vai acontecer com o DMAE nesses próximos um ano, dois anos, nessa próxima administração.

Então, nesse sentido, é bem clara a nossa posição, que nós somos totalmente contra. Nós sabemos que é do governo fazer um reajuste, uma reorganização dentro do DMAE, isso é de cada governo, e se pode fazer, mas essas coisas têm que ser discutidas com os servidores, e isso nada foi discutido. Então, a nossa posição do Cores-DMAE é contra esse projeto, e a gente gostaria que os vereadores refletissem muito bem esse passo que eles estão dando, porque isso é uma coisa muito importante para a cidade. A gente não está defendendo porque a gente é servidor, a gente está defendendo porque a gente acha que esse é um projeto que não é bom para a cidade, assim como a gestão temerária que está sendo feita já há mais de cinco anos na questão do saneamento em Porto Alegre. Seria essa a minha fala.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sandra. Só para constar, 17 minutos e 48 segundos. Diretor, o senhor poderia passar já os nomes que nós temos contrários, só para as pessoas poderem se organizar quanto à sequência que elas falarão. De pronto, o primeiro a falar será o Ver. Ustra. Eu vou ficar passando: um vereador, uma pessoa da sociedade, um vereador, uma pessoa da sociedade, *ok?* Quem está inscrito contra, o senhor poderia dar já a ordem para as pessoas se organizarem?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Claro, Presidente. Estão inscritas: Luciana Moura, Everton da Silva, Maria Elaine Silva, Lidiane Goulart Ferreira e Felisberto Seabra Luisi, essas são as cinco inscrições contra. As cinco primeiras inscrições contra. Teve outras inscrições, mas ficamos limitados a cinco, conforme o regulamento.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Certo, eu vi que já temos uma a favor ali, né? Júlia Tavares, se não me engano, depois a gente vê já para poder organizar, um sim e um não. O Ver. Coronel Ustra está com a palavra.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Bom dia, Presidente Comandante Nádia; bom dia aos meus colegas vereadores; bom dia à nossa vice-prefeita Betina; ao nosso secretário André Coronel; a toda a equipe da Prefeitura de Porto Alegre; bom dia a todos os participantes desta audiência pública e também à nossa ilustre assistência da TVCâmara. O primeiro ponto que eu gostaria de destacar é que esta lei do DMAE é do ano de 1961. Muitas alterações ocorreram ao longo dos anos, e é natural que isto continue ocorrendo.

Segundo, nós precisamos nos adequar às diretrizes do [Marco Legal do Saneamento Básico](#), estabelecido por lei federal, que também aborda a implementação da política nacional de recursos hídricos.

Terceiro, o projeto se propõe a rever questões organizacionais acerca da autonomia administrativa, financeira e contábil, reorganizando o corpo diretivo do DMAE, e o DMAE precisa de velocidade para atuar em questões de urgência. Quarto, do contrário, ele continuará sendo alvo de inúmeras críticas da nossa população.

Quinto, o Executivo está buscando adequação e agilidade. E, já concluindo a minha fala, eu gostaria de dizer que, por tudo que eu vi e li, eu apoio este projeto da Prefeitura de Porto Alegre para que nós continuemos evoluindo. Muito obrigado a todos, um bom trabalho e um grande ano de 2025. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Ustra; 2 minutos e 25 segundos. A Sessão de Registro de Pronunciamentos e Anais aqui da Câmara de Vereadores informa que a transcrição completa desta audiência pública pode ser solicitada através do e-mail: pronunciamentos@camarapoa.rs.gov.br. Estará também disponível no site da Câmara Municipal em: atividade parlamentar/audiências públicas na aba “documentos”. Então, extremamente divulgado e comunicado. Diretor, o primeiro da sociedade civil, o senhor chama, por gentileza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. A Sra. Luciana Moura está com a palavra.

SRA. LUCIANA MOURA: Eu sou servidora do DMAE, e quando se fala que o DMAE está parado e tem algum problema, é porque o DMAE não tem mais autonomia, desde 2017, desde o prefeito Marchezan, e segue. Então, o DMAE está demorando, só para responder algumas falas, por causa disso, por não ter autonomia mais. E uma das questões que eu quero levantar do PL nº 003, é por que essa pressa em aprovar? Porque ele foi colocado em votação no dia 6 de janeiro, os vereadores estavam até em recesso, sem conversar com a sociedade, sem conversar com os servidores, sem nada, só foi colocado na Câmara de Vereadores. E também admira, que o governo sempre está falando em transparência, querer alterar consideravelmente o conselho deliberativo do DMAE, porque é ele que traz transparência, inclusive, dá aval e dá apoio ao diretor-geral, e ele está sendo mudado para consultivo. Por que isso? “Ah, porque demora em alguma demanda”. Porque desconfia de alguma coisa, alguma coisa está errada. Não é assim que aconteceu. Se demora em alguma demanda, é porque alguma coisa não está muito clara, então as pessoas vão demorar, e eu acho que isso aconteceu uma vez só.

E também, outra coisa, é a mudança. De arrancada, já altera a composição, não são mais 20 representantes da sociedade, são 8 indicados do governo, 8 CCs do governo, cargos de confianças do governo, sendo mais dois, um diretor-geral

e o diretor adjunto. Não tem paridade nisso. É difícil dizer que tem paridade. Como é que a base do governo vai compor? Não pode, não tem lisura isso. E da parte dos vereadores e vereadoras, a gente espera que pensem antes nas pessoas, em Porto Alegre, na cidade, porque vocês são eleitos, vereadores e vereadoras, para fiscalizar e trabalhar pela cidade, e não para ser um braço do prefeito, porque a Câmara tem autonomia, é independente, é soberana, tem que ser assim. A gente tem que ter os poderes, não pode ser um subordinado ao outro. Então, também pensem nos seus eleitores, que um dia vão perguntar: o que está acontecendo com o DMAE? O que aconteceu? E aí, qual é a sua resposta, vereador e vereadora? “Eu contribuí para esse desmonte” ou “eu lutei contra esse desmonte?” Pensem nisso, porque quatro anos passam rápido também e vocês podem não voltar, porque as pessoas não vão gostar do que vai acontecer. Então, o que a gente diz? O conselho deliberativo é transparente, traz transparência para o DMAE, e a gente está à disposição para conversar – eu sou do Cores DMAE – com os vereadores. E a gente diz: rejeitem o PL nº 003, rejeitem o PL nº 003, porque a pressa é inimiga da perfeição. Por que essa rapidez? Por que esse afogadilho? Não pode isso. E, pessoal, esqueçam a esquerda. Como população, a gente vê assim: “Ah, os vereadores da esquerda são contra, eu sou a favor; os vereadores da esquerda são a favor, eu sou contra”. Não existe isso, pessoal, existe a cidade de Porto Alegre, nós temos que lutar pelo melhor pela cidade de Porto Alegre. A gente sabe, já foi dito, que é uma abertura, uma brecha para concessão desse PL aprovado. Então, rejeitem, vamos discutir se é isso, porque está faltando discussão, me desculpem. O prefeito mandou no início do ano, ou no final do ano, e já ia ser votado se não fosse a audiência pública pedida pelo Simpa. Não votem, rejeitem esse PL, vamos discutir então, porque no futuro a população vai cobrar. Perguntem para o interior do Estado, onde a Aegea ficou com a Corsan, como é que está a água na torneira. Perguntem para o pessoal que está na praia, porque eu sei de casos de Atlântida Sul que tem barro na água. E se o DMAE não está melhor hoje, não é culpa do DMAE, é culpa da administração. Então, pessoal, lutemos pelo DMAE público com qualidade, para ele sempre trazer qualidade nos serviços. Deixem

o DMAE trabalhar, devolvam a autonomia para o DMAE, porque não dá, assim não dá, não tem como. E, desculpe, é uma covardia, nós somos minoria, nós temos minoria na Câmara, parece que os vereadores estão ao bel-prazer do prefeito. Então, pessoal, vamos dizer: “não, nós estamos aqui porque nós estamos servindo à sociedade gaúcha, à sociedade porto-alegrense”. Então, obrigada por poder participar desta audiência.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Luciana; 4 minutos e 50 segundos. Passo de imediato ao Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidenta Nádia, pelo espaço da palavra. Deixo aqui minha saudação a todas e todos os presentes nesta importante audiência pública para ouvir a cidadania, para que o governo entenda realmente que o povo precisa ser ouvido. Este governo autoritário não queria nem audiência, foi graças ao Simpa – parabéns ao sindicato das municipais e municipais –, que conquistou a luta pela audiência na justiça. É uma vergonha para a cidade a justiça ter que ser acionada porque o governo autoritário, o governo antidemocrático não quer conversar com a população, o governo que alagou a cidade. É bom lembrar: eles não fizeram as obras apontadas como necessárias pelo corpo técnico do DMAE, nas casas de bombas, nas comportas. Não fizeram, e ninguém fala nada sobre isso. Aliás, a polícia falou. A polícia foi lá e prendeu um CC puro, do DMAE. Uma pessoa da política do governo Melo foi presa. Aprenderam dinheiro. Nós estamos falando de um governo metido em corrupção. E aí, pasmem, a gente ouve o governo hoje falando que vai fazer o melhor pela cidade. Onde já se viu!? Não está dando certo a leitura dos relógios na cidade, que está privatizada, está totalmente na mão de uma empresa. Estão cobrando contas altíssimas da população, deixando a população angustiada. É um absurdo saber que se paga pelo serviço público, que hoje tem 2.596 cargos vagos no DMAE. Sobre isso, a direção do DMAE não falou nada, o governo não fala nada. A cidade está à mercê. O prefeito vai para o rádio dizendo que vai alagar mais. É óbvio que vai alagar. Com corrupção dentro do DMAE, vai alagar.

Com um monte de CC dentro do DMAE, vai alagar. Nós precisamos de engenheiros, de técnicos, da nomeação de servidores que fizeram concurso. Ou é mais um concurso com estelionato, que vão lá, coletam a taxa de inscrição das pessoas, alimentam o sentimento de que as pessoas vão trabalhar pelo povo, pela prefeitura, e não são convocadas? O sucateamento é proposital. Vocês querem fazer uma nova CEEE Equatorial, agora com a água da cidade, porque este prefeito aí votou pela privatização da CEEE. Ele votou. Então, hoje, a gente tem falta de luz na cidade por culpa dele. E ele está fazendo isso. Essa semana mesmo, faltou água em vários lugares da capital, e disso, o governo não fala nada. Olha só, coitadinho desse governo, deixa faltar água para a população reclamar, para achar que a população vai pedir o privado na água, quando Paris, Atlanta, Berlim, Buenos Aires, todas elas reestatizaram os serviços de água e saneamento. E em Porto Alegre, aqui a gente quer inventar a roda para a carroça, a gente quer aqui voltar no tempo. Realmente, só poderia esperar isso de pessoas que não têm compromisso com o povo, tão somente têm compromisso com o capital privado, com a especulação, com a lucratividade. Estão vendo? Todos os trabalhadores, moradores da cidade pagam a conta de água. Imagina colocar isso direto na fonte de recurso ininterrupta, inesgotável, no caixa de uma empresa. Não é possível aceitar. Hoje, no DMAE, não tem ferramentas adequadas. Lá no DMAE Leste, a distrital... E aí eu pergunto ao diretor-geral, Darcy: quando é que o senhor vai liberar as licitações para renovar os maquinários? Porque essa responsabilidade é sua também. Desde o governo Marchezan o departamento está amordaçado por falta de capacidade de gestão, que muito tem a ver com a sua pessoa como profissional. Não como pessoa, mas como profissional o senhor tem trabalhado pelo sucateamento do departamento. Isso é triste. Me entristece, porque o senhor é um servidor de carreira, é um engenheiro que deveria se dedicar pela autonomia do departamento, e vem hoje aqui falar que chega de o conselho falar, chega de o conselho dizer, chega de o conselho trazer a sua palavra. A sociedade vai continuar, diretor Darcy, trazendo a sua palavra. A sociedade vai continuar opinando, porque mesmo que ela não consiga opinar dentro da autarquia, ela

opina nas ruas, ela fala, ela pede, ela vota, e votou para que o Ver. Jonas Reis estivesse aqui defendendo os interesses do povo. E o interesse do povo de Porto Alegre é água barata, custo baixo, tarifa social e departamento reconstruído. Se vocês decidirem reconstruir o departamento mesmo, pela mão do povo, pela mão dos trabalhadores, ouvindo os técnicos, nós teremos mais saneamento e menos lucro. Do contrário, nós vamos colapsar, como já colapsamos no ano passado, e quem paga a conta são os moradores da cidade, que têm um prefeito que diz que vai alagar, vai alagar mais. Então, talvez tenha que fazer um programa social de oferecer botes, botes gratuitos à população, porque é uma vergonha o que vocês estão fazendo, desde a destruição do DEP, a destruição que foi a extinção do DEP.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas; 5 minutos e 40 segundos. Diretor, o próximo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O próximo inscrito é o Sr. Everton Silva.

SR. EVERTON LUÍS DA SILVA: Bom dia a todos. Vou generalizar o cumprimento aqui, porque o mais importante é a fala. Na questão da discussão desse PL, ele não tem sentido de ser tão açodado, essa entrada com urgência não vai resolver o problema do DMAE. Se eliminasse hoje o conselho deliberativo, não resolveria todos os problemas do Departamento. Eu sou servidor do Departamento há pouco tempo, somente seis anos e meio, mas já conheci o suficiente para ver que tem um potencial de funcionamento muito forte e vem funcionando contra todos os impedimentos que são colocados. O corpo de servidores reduzido continua dando conta do atendimento à população. Então é preciso pensar, não vamos botar uma peneira para esconder o sol. Nós temos problemas; o DMAE precisa de uma correção de rumo, mas não é a privatização, não é a retirada do conselho deliberativo que vai resolver isso. Então, a gente tem que parar um pouquinho com essa generalização, essa coisa do “é verde e

amarelo” ou “é vermelho”. Isso não vai solucionar nada, porque quem é a favor de um lado não escuta o argumento do outro. Como o diretor falou, o prefeito ganhou a eleição com uma margem bastante grande, é verdade, estamos em uma democracia, vamos reconhecer isso. Só que acabou a eleição. Agora, a gente tem uma cidade para ser gerida, e aqui dentro nós temos um Departamento para tocar para frente. Então não tem por que ficar essa discussão de pontas. Temos melhorias, vamos conversar sobre isso, vamos debater sobre isso. Eu me coloco, neste momento, contra o PL. Não quer dizer que a gente não possa procurar uma solução, mas não é um projeto colocado antes de a gestão da Câmara começar que vai resolver o problema. Inclusive, essa fala vai muito para os vereadores. Em primeiro lugar, nós temos agora 289 participantes, isso não é representação, gente, uma cidade com quase 1,4 milhão habitantes vai tomar opiniões de menos de 300 pessoas? Isso é absurdo. Tem que ter uma audiência, mas, antes da audiência, tem que ter um debate, um debate em que as duas partes possam falar, possam argumentar, possam, talvez, tentar encontrar um meio termo, porque não está acontecendo isso. Então é completamente absurdo. E, falando na eleição, se for continuar com isso, com os de um lado defendendo apenas o seu lado, os de outro lado defendendo o outro, não tem por que discutir, porque o lado que venceu a eleição, com um percentual tão grande, vai sempre atropelar. Os vereadores que vão decidir, no final das contas, precisam entender, eles não são formados, eles não são técnicos, eles precisam ouvir os técnicos. Em nenhum momento, se fala em chamar o IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que tem técnicos que podem auxiliar muito, só que não são ouvidos. Inclusive, o representante do IPH foi retirado, no ano passado, do conselho deliberativo. É preciso ter um pouquinho mais de parcimônia, é preciso ter discussão, mas ouvindo o debate, ouvindo o argumento da outra parte. Hoje, olhando essa Mesa ali onde está o diretor-geral, todos vão estar do mesmo lado; então, não está paritário. Vamos argumentar, vamos tentar achar a melhor solução. Por isso, eu estou colocando contra esse projeto de lei, mas... (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Por favor, fechar o microfone. Estou segurando o seu tempo, Sr. Everton, pode continuar.

SR. EVERTON LUÍS DA SILVA: Eu estou tentando justamente chegar... (Problemas técnicos no som.) A questão é que a gente possa passar para os vereadores que vão decidir, no final das contas, que esse primeiro passo de troca do conselho do DMAE é, sim, uma abertura de caminho para a privatização. Nem cabe aqui ficar falando de uma privatização, porque é absurdo que a gente não consiga olhar para tudo o que acontece nos países que nos antecederam. O nosso modelo de saneamento no Brasil é baseado no modelo francês, e a França já fez a privatização e já está reestatizando há muitos anos. O que a gente pode pegar desses modelos para comparar?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SR. EVERTON LUÍS DA SILVA: Então, eu solicito aos vereadores que votem contra, não apenas para não vencer o projeto, mas para dar tempo que se debata mais, que se converse mais, para que a gente possa apresentar todos os argumentos e encontrar a melhor forma para a atuação do DMAE, que ainda, sim, tem muito potencial para atender, como vem atendendo nos últimos anos, de mãos e pernas atadas. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Quatro minutos e quarenta segundos. Passo, de imediato, ao Ver. Erick.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Olá, pessoal. Primeiro, bom dia a todos e a todas. Antes de começar a minha fala aqui, eu quero fazer dois registros: primeiro, que eu acho muito grave que uma audiência pública com um tema do tamanho deste, do DMAE, com o tamanho da cidade de Porto Alegre, uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, seja 100% *online*, não permitindo

que a grande população participe. Então, registro aqui a minha denúncia e a minha indignação contra isso, porque poderia ser híbrida, por exemplo, uma parte *online* e outra parte presencial, na Câmara, mas, infelizmente, a gente não obteve resultado, e a audiência está sendo 100% *online*. A gente sabe que nem todo trabalhador consegue baixar o Zoom, tem essa facilidade de usar ferramenta, tem que ter dados da internet, então muita gente não consegue participar. Então, registro aqui a minha indignação e a minha denúncia contra a audiência 100% *online*, evitando, inclusive, o calor das pessoas, dos trabalhadores, dos servidores, da sociedade civil, que denuncia, enfim, a privatização do DMAE e a troca do conselho de deliberativo para consultivo.

O segundo registro é – vou dar outro exemplo – que um servidor do DMAE, Alexandre, tentou se inscrever aqui no *link*, ele queria ter falado, enfim, mas não conseguiu obter também a inscrição. Então, registro aqui a minha indignação contra esse formato. Espero que a gente, nos próximos passos, possa, de fato, garantir a participação popular na Câmara de Vereadores. Dentro disso, registro aqui a importância de o conselho permanecer deliberativo no DMAE, onde a sociedade civil possa, de fato, ter a sua opinião e possa, de fato, deliberar sobre o DMAE, sobre os interesses públicos que o DMAE representa. E que a gente possa manter esse conselho com autonomia. Trocar ele para consultivo, nós sabemos que é simplesmente um registro, um protocolo, mas que, de fato, não vai funcionar. A gente sabe que existe um interesse da Prefeitura de Porto Alegre, do Sebastião Melo, prefeito, de boa base da situação do governo, de muitos vereadores aqui na Câmara de Vereadores que apoiam a privatização; e a gente é completamente contra esse projeto. Por quê? Porque, no fundo, visa, sim, vender uma empresa pública que gera lucro para os cofres do Município. O DMAE é superavitário, o DMAE tem mais de R\$ 300 milhões por ano de superávit, dinheiro que poderia ser usado, inclusive, para a prevenção das cheias aqui em Porto Alegre. É uma vergonha o que querem fazer com o DMAE. Porto Alegre está indo na contramão do mundo, porque, enquanto Berlim, na Alemanha, reestatiza água; enquanto nossa vizinha aqui, Argentina, Buenos Aires, estatiza água, Porto Alegre debate que o DMAE tem que ter concessão,

tem que ter privatização, ou seja, um projeto que não atende os interesses da população. E registro aqui que a sociedade civil não é boba, a sociedade sabe quem defende o DMAE público e sabe quem defende o DMAE privado. E esse peso dessa decisão do conselho vai cair sobre os vereadores que se posicionarem contra o DMAE público e também contra os gestores da Prefeitura que tomarão essa decisão logo ali na frente, posterior a esta audiência pública que está ocorrendo hoje. Então, a gente sabe que a privatização não resolve os problemas; o exemplo é o Rio de Janeiro, onde a Cedae foi privatizada, e quem mora na favela no Rio não tem acesso à água, a água não chega nas torneiras. Inclusive, a tarifa social da água no Rio de Janeiro subiu 102% e piorou a qualidade. Ou seja, é isso o que o povo de Porto Alegre quer?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Quer uma água pior do que está? É uma água que, hoje, o DMAE garante qualidade. Mas piorar a água não soluciona o problema, deixar a tarifa mais cara... E lembramos o que aconteceu com a CEEE. A CEEE é uma empresa pública de energia elétrica do Estado, foi privatizada, vendida para a Equatorial, tornando a tarifa mais cara; tornando, inclusive, os serviços mais precários, e hoje, para religar a energia, demora muito mais tempo. Então, a todos nós que estamos participando aqui, registro a nossa defesa pelo DMAE público, que o DMAE siga nas mãos da população de Porto Alegre para manter a qualidade da água; e para que, de fato, sejam usados os recursos superavitários do DMAE para investir na cidade, na educação, na saúde e na prevenção das cheias. É inadmissível o que está acontecendo: uma audiência pública *online*, em que a população, na sua grande maioria, não está participando, e a gente precisa seguir debatendo de forma séria e coerente. Qual é o medo da Prefeitura e dos vereadores que apoiam a privatização de fazer um debate presencial? Estão com medo da população? A gente sabe que tem que ser presencial para ser um debate sério, olhar no olho das pessoas e dizer o que a gente pensa. Por isso, o DMAE deve permanecer público, 100% nas mãos do

povo de Porto Alegre, mantendo o superávit, mantendo o lucro do DMAE e mantendo a qualidade da água.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Erick. Diretor legislativo, o próximo inscrito.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Presidente, só fazer uma referência antes, ainda acerca das inscrições. Na verdade, tem muitas pessoas que colocam a sua posição em relação ao projeto, contra ou a favor, e não colocam a palavra inscrição. Então, nós estamos registrando as pessoas que têm a palavra inscrição, porque tem mais de 100 manifestações contra o projeto. Sabemos qual é qual. Então, essas que estão listadas aqui são as pessoas que colocaram “inscrição”.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só quero também complementar, diretor, que assim que terminar a audiência, a íntegra de todas as discussões vai estar disponível no *site* da rádio, que também está transmitindo o encontro ao vivo: <https://camarapoa.rs.gov.br/radio>. Pode falar, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente, só mais um detalhe aqui no ajuste das inscrições: na verdade, nós tínhamos passado a inscrição do colega Alexandre Abreu, então, com isso, ele entra no terceiro lugar; e o último, que seria o Dr. Felisberto Seabra, fica na suplência. Então, agora, com a palavra, o colega Alexandre Abreu.

SR. ALEXANDRE DIAS DE ABREU: Bom dia, Presidente Comandante Nádia, vereadores; bom dia a todos que acompanham esta audiência. A minha posição é contrária ao PL nº 003/25, porque ele tenta, de certa forma, pavimentar um caminho para a privatização, concessão do DMAE, como o governo diz. Mas o que acontece? O DMAE foi fundado em 1961... (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Só um momentinho, vou segurar o seu tempo, Sr. Alexandre. Nós temos pessoas que estão com o microfone aberto, estão atrapalhando o Sr. Alexandre, que está tentando repassar a sua informação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nós vamos controlar aqui, Presidente.

SR. ALEXANDRE DIAS DE ABREU: Obrigado. O DMAE foi fundado em 1961 – portanto, tem 63 anos –, e, junto com ele, já foi constituído o conselho do DMAE com caráter deliberativo; ao longo desse tempo, o DMAE cumpriu com a sua função social. Tanto isso é verdade que hoje o DMAE garante água tratada praticamente para 99% da população de Porto Alegre, tem capacidade de tratar 80% do esgoto produzido pela cidade. Portanto, o DMAE tem atendido a cidade, atingindo as suas metas. E eu fico muito triste, muito chateado, e quero dizer que respeito por demais o diretor Darcy Nunes, mas ele comete uma desonestidade intelectual, não tenho como não dizer isso, quando ele joga a responsabilidade para cima do conselho pelos problemas que nós vivemos em relação à questão agora da nossa cheia. Em setembro e em novembro de 2023, nós tivemos cheias, e ali foram apontadas várias situações que deveriam ser encaminhadas pela direção do DMAE, pelo governo municipal, para que se evitasse uma situação como a que nós tivemos. O DMAE não encaminhou; tinha recursos em caixa, poderia ter feito isso, mas não fez, e, agora, o diretor quer jogar essa responsabilidade para cima do conselho; aliás, ele diz que o conselho, sendo conselho deliberativo, trava. Não, quem tem travado o DMAE é justamente o Darcy Nunes, que desde 2017 vem tendo tarefas importantes dentro da gestão do DMAE, mas nós temos visto que o DMAE tem engatinhado. Quero dizer que olhando o documento do projeto do governo eu vejo que a justificativa que ele traz ali é apenas uma justificativa protocolar, não é uma justificativa com conteúdo, com elementos que de fato possam justificar a alteração do caráter do conselho. O conselho sempre foi parceiro do DMAE – isso também me faz

acreditar que o governo do prefeito Melo, que diz ser um homem do diálogo com a cidade, está justamente afastando a cidade do debate, da discussão, quando ele altera o caráter do conselho e retira uma entidade importante como o Simpa. O Simpa sempre contribuiu com a cidade, tem contribuído e muito, tem feito denúncias necessárias para que a cidade possa ter bons serviços públicos municipais. Por fim, quero dizer que fiquei muito feliz, muito contente em saber que os vereadores Erick e Giovani protocolaram, na Câmara Municipal, um projeto, uma proposta de plebiscito para gente discutir com a cidade. Então, se é para fazer um debate profundo, não pode ser a partir de uma audiência como essa, que limita a nossa participação, mas, sim, de um processo que envolva a cidade, que se faça um grande e profundo debate, com discussão sobre as necessidades que precisam melhorar para Porto Alegre. Enfim, quero dizer que o DMAE é sim um dos órgãos mais competentes, um órgão superavitário. E tratar o DMAE como um instrumento de lucro, não atinge o interesse da população, atinge, sim, o interesse de alguns tubarões que querem lucrar com aquilo que é a necessidade da cidade. Quero dizer: água é saúde, água é vida; o DMAE foi construído pela população de Porto Alegre. Quero dizer que o saneamento de Porto Alegre já foi privado, Srs. Vereadores e Vereadoras; sabem por que hoje ele não é privado? Porque lá atrás o serviço privado não teve condições técnicas e financeiras para garantir o avanço do saneamento da cidade; aí passou-se para o serviço público, que assumiu e hoje atinge níveis de atendimento extremamente satisfatórios, para mim um dos melhores, não só do Brasil mas também da nossa América Latina. Obrigado pela atenção, bom dia e boa tarde a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sr. Alexandre, que falou por 5 minutos e 12 segundos. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Bom dia, Presidente; bom dia vereadoras, vereadores, bom dia público que nos assiste. Nós temos aqui, pessoal, do meu ponto de vista, três questões essenciais que nós devemos levar em conta.

A primeira delas é que essa ideia da modificação do conselho trata-se, na verdade, da eliminação do conselho, é óbvio. Quando eu não preciso mais ouvir, eu apenas posso ouvir, eu posso aceitar ou não uma deliberação, terminou qualquer poder, qualquer ingerência, qualquer significado do conselho. A ideia é, na prática, a extinção do conselho, é evidente, porque ele não deliberará mais, ele apenas falará, e a direção ouvirá, se quiser; se não quiser não vai ouvir, provavelmente coloque ali formalmente para falar alguma coisa e só. Então, o primeiro ponto é esse. Nós temos que ter clareza, não é uma transformação simples essa; não, é o fim do conselho, é o fim do Conselho Deliberativo porque ele só tem sentido de existência se for deliberativo; assim, consultivo, é como não existir.

Outro ponto: quando a gente fala sobre esse debate entre o público e o privado, não se está julgando o caráter das pessoas – muitas levam para esse lado pessoal, assim. Não, é que há uma vocação universal e histórica: o público, o serviço público tem como meta, atingindo ou não, mas tem como meta a satisfação do conjunto da população pelo seu próprio interesse, o interesse da população. Isso é o natural do serviço público, repito: universal e historicamente. O serviço privado visa ao lucro. Eu não estou dizendo que isso é errado, eu não estou julgando essa questão; ela é assim, o serviço privado visa, busca o lucro, universal e historicamente. Então, é natural que quando há uma questão essencial, que diz respeito à própria vida, como é a água – há outras questões estratégicas nesse nível de existência – fundamentalmente, ela tem que ser gerida do ponto de vista público, mas é claro, porque se esse elemento vital para a vida será gerido pelo interesse privado, que busca o lucro, nós temos aí um erro grave, e não é caráter, má-intenção, não é nada disso, é vocação. A vocação, o desiderato, o objetivo da iniciativa privada é o lucro, enquanto que do público é a satisfação da população.

E o terceiro ponto, para concluir, é que há uma questão central, brutal para o DMAE. Quando... Tudo isso aí o governo está fazendo para encaminhar a privatização, mas o DMAE sequer tem agência regulatória, ele não é vinculado a nenhuma agência regulatória, nem à Agergs; ele não pode nem funcionar sem

agência regulatória. No momento em que ele for privado ele não vai andar, ele não vai poder funcionar, sem agência regulatória. E o DMAE, prestem atenção, senhores diretores, não tem vinculação a nenhuma agência regulatória, ele tem que ser regulado. Vou fechar, concludo aqui, com esses três pontos que me parecem fundamentais. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Pedro Ruas, que falou por 4 minutos. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra. A Sra. Maria Eliane Silva está com a palavra, representando a sociedade civil.

SRA. MARIA ELIANE SILVA: Bom dia a todos, sou delegada do Orçamento Participativo e também Conselheira Distrital da Saúde no Extremo-Sul. O primeiro ponto: conselho deliberativo. A população não pode ser só um expectador, ainda mais numa autarquia tão importante. Em segundo lugar, debate-se, em primeiro lugar, depois audiência pública presencial. A população tem que estar junto nessa discussão; em terceiro lugar: reestruturação do DMAE. O DMAE não tem engenheiros suficiente, muito menos terceirizados que sejam, até funcionários de carreira, eficazes, para tocar o serviço. Então, não há projetos e também não há fiscalização e a devida orientação para realização do serviço já há muito tempo no DMAE. O pessoal que está trabalhando no DMAE está fazendo milagre com a estrutura que tem hoje. O quarto ponto: não se esclarece o limite de atuação da parceria da ação; então, na verdade, a gente desconhece como vai ser o procedimento daqui por diante. O Extremo-Sul é a área maior e mais carente em questão de saneamento básico e distribuição de água. Nós precisamos de obras grandes aqui, com quem nós vamos falar? Quem vai definir quais são as obras importante em Porto Alegre e os investimentos? Por exemplo, nós temos a dragagem do arroio do Salso que já está há quase dois anos com licitação e não se tira do papel. Nós temos o canal do Túnel Verde, que já foi fechado inclusive contrato com banco, mais de R\$ 40 milhões para a continuidade e não conseguimos ver a continuidade. Quem vai dar seguimento a essas obras e a esses trabalhos? A quem nós vamos nos

dirigir? Como vai funcionar isso? Então, como a população vai poder deliberar sobre um assunto que ela não tem participação e ela não tem conhecimento? O DMAE pode, sim, ele é uma das secretarias que nós consideramos, hoje, em Porto Alegre, o primo rico, ele tem arrecadação, ele tem receita, mas por que ele não funciona da maneira correta? Essa é a pergunta! Por que não são contratados engenheiros suficientes para poder tocar a secretaria, para poder tocar o serviço? Tudo bem que terceirize alguma mão de obra mais simples, mas sem ter um engenheiro para definir o trabalho a ser realizado e para orientar essas equipes não vai funcionar. Por que isso não acontece? Por que não é feito isso? Como se vai discutir o andamento das obras, a necessidade de obra. Nada disso é esclarecido, para nada disso é dada uma posição. Então é inviável se analisar algo sem ter o conhecimento correto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Maria Eliane Silva. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bom a todos e todas, esse debate é um debate muito, muito grave. Nós estamos em pleno janeiro. O Simpa e vários que usaram a palavra já abordaram o caráter limitado que tem uma audiência pública *online*; apesar disso a ampla participação mostra justamente o interesse, o interesse de participação; infelizmente esse interesse não está sendo aproveitado. Eu acho que ele não está sendo aproveitado porque o governo não tem interesse, justamente, de ter um processo de debate público sobre o DMAE. A situação é grave porque é lógico que existe esse debate, que é um debate, ligado à privatização ou não, obviamente sou contrário à privatização; a privatização vai piorar o serviço público. Nós já estamos tendo essa experiência com a CEEE Equatorial. É evidente que o governo se apoia num fato certo de que o prefeito Melo foi reeleito, e embora seja verdade – o governo inclusive levantou isso publicamente –, o governo não tem um cheque em branco para fazer tudo, o governo foi reeleito, mas o fato é que não há um cheque em branco, por exemplo, para que se tenha esquemas de corrupção. Isso é ilegal! Por que

estou dizendo isso? Porque eu sinto, falando aqui aos trabalhadores municipais, que vai ser necessária uma luta de resistência; infelizmente já não são os argumentos, sobretudo, o que valem. É claro que, do ponto de vista dos argumentos, é muito importante, por exemplo, ter uma posição do BNDES. O BNDES tem estudos sobre o DMAE; então, é importante que o BNDES entre nesse jogo, socialize o que está elaborando, ainda mais que no caso do BNDES é um banco que tem o governo federal de linha política diferente do governo municipal. Eu considero que o processo de privatização não funciona – a CEEE Equatorial é a prova disso. Há setores, pessoas, que são inclusive de direita, que também têm essa visão, tanto que o ex-prefeito João Dib foi um opositor importante ao processo de privatização, mas quando eu mencionava o tema da corrupção e mencionava a necessidade de se ter uma resistência efetiva contra a privatização, porque é disso que se trata, o projeto é um projeto que visa facilitar a privatização do DMAE, e para facilitar a privatização das primeiras questões que estão postas sempre é o fim do controle público, uma redução da capacidade da sociedade de controlar uma empresa pública. Mas dos quatro anos do governo Melo, por dois anos tivemos uma direção no DMAE envolvida em corrupção. Eu apresentei; em dezembro de 2023, apresentei publicamente em dezembro de 2023, a denúncia que me chegou através de um empresário, do Luiz Alberto França, do Luiz Augusto França, perdão, mostrando que o diretor-presidente do DMAE, escolhido pelo Melo naquela oportunidade, havia recebido R\$ 500 mil em propina durante seis meses. Isso foi a acusação dele; em abril eu levei essa mesma acusação para o Ministério Público. O Ministério Público está investigando; aliás, o governo disse que abriu uma investigação interna sobre o tema, mas se o Simpa quiser, como parte de um processo de controle público, temos os mecanismos internos na Câmara de Vereadores, por exemplo, nas Comissões Parlamentares de Inquérito. Eu não levei adiante uma CPI porque nós não tínhamos os 12 necessários para levar adiante uma CPI; levei adiante diretamente a denúncia. Conseguimos descobrir uma série de coisas; nós tivemos a experiência da CPI da Educação que mostrou que quando se investiga seriamente, se consegue, tanto que foram os dados, a partir da CPI

da Educação, que levaram, inclusive, à prisão da secretária de educação. Então, o Simpa tem – se quisesse articular com a Câmara –, possibilidades de nós fazermos uma investigação muito mais rigorosa, mas obviamente isso tem seus tempos. O fato é que nós temos uma gestão, e o governo Melo deveria ter mais humildade, do ponto de vista da gestão do DMAE, justamente porque, dos quatro anos, dois ele escolheu um diretor-presidente do DMAE que está sendo investigado como corrupto – dois anos dos quatro. Quando tem dois anos dos quatro com uma direção do DMAE nesse nível de gestão temerária, é preciso ser um pouco mais humilde. Isso não foi explorado na campanha eleitoral, o governo não revelou isso na campanha eleitoral e infelizmente a sociedade debateu pouco isso. Agora, se nós temos uma autarquia que tem esse nível de problemas, evidentemente que é preciso, caso o Simpa tenha interesse, que se vá até o final investigar para saber que relações que tinham Alexandre Garcia – o diretor Alexandre Garcia –, dentro do DMAE, para saber quem é que está trabalhando contra o caráter público, transparente e democrático de uma autarquia tão importante.

A Presidente da Câmara que, infelizmente, é uma presidente que se posiciona claramente em posições autoritárias e neoliberais – tanto é assim que nós não conseguimos ter uma audiência pública –, a Presidente da Câmara tem que saber que existe disposição de resistir aos desmandos que, infelizmente, a Câmara de Vereadores está, na prática, com esse tipo de atitude, avalizando. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Robaina, falou por 5 minutos 55 segundos. A Sra. Lidiane Goulart Ferreira está com a palavra. (Pausa.) Não tem conexão; problemas no áudio. Passamos à próxima inscrita. A Sra. Júlia Tavares está com a palavra.

SRA. JÚLIA TAVARES: Bom dia a todos. Eu acho bem importante esse tipo de reunião, o tema aqui que a gente está discutindo, o projeto de lei referente à questão do Conselho do DMAE, da reestruturação do DMAE. Pelo que eu ouvi

nas falas até o momento, todo mundo menciona a questão da privatização ou da concessão, o que, pelos autos, não é essa questão. Eu acho que essa audiência pública está desvirtuada; todas as salas aqui estão muito mais preocupadas numa possível concessão ou numa privatização do que realmente no projeto de lei que está em voga, que fala sobre a modernização do DMAE, e aqui a sociedade entende e sabe o quanto o DMAE precisa ser... (Ininteligível.). Essa estrutura é de 1960, ou seja, tem mais de 60 anos; obviamente ela está defasada. A gente precisa de um DMAE mais competitivo, um DMAE como está sendo realizado em todo nos lugares do País, sendo incentivado pelo BNDES, por toda estrutura do governo federal, pelo marco de saneamento, que a gente tenha mais parcerias com setor privado, um DMAE mais moderno, com mais autonomia. E aqui, nessas falas que foram feitas ao momento, o pessoal está muito mais preocupado em manter a estrutura, em manter os servidores. Acho que a gente tem muito mais uma audiência sindical do que realmente uma audiência que fala sobre o futuro e a necessidade de modernização da entidade. Eu queria também falar sobre outro ponto que eu acho que é importante, que aqui a gente está falando de modernização, uma questão de diretorias mais modernas, uma modernização da estrutura, porque já se mostrou que a estrutura de hoje não é moderna, não consegue ter uma boa gestão e não consegue ter as respostas tão rápidas como a população precisa. Então a gente tem hoje essa necessidade de modernizar o conselho, mas também de melhorar a estrutura e colocá-la em parâmetros nacionais. Há outras companhias de saneamento e de abastecimento com estruturas mais modernas, e o DMAE acabou ficando para trás. O ponto é esse, eu acho que a gente tem que realmente pensar em modernizar o DMAE e prepará-lo para ser uma entidade competitiva, e não ficar preocupado em manter coisas que são de 60 sessenta anos e que todo mundo sabe já estão ultrapassadas, que não fazem mais sentido para sociedade e para população hoje.

A gente tem aqui 280 participantes na audiência pública, a maioria deles são funcionários do DMAE, pessoas ligadas ao Simpa, a gente vê pouca entidade representativa, a gente vê pouca população que sofre com a falta d'água, que

sofre com todas as questões que uma companhia de abastecimento pode gerar. A ideia aqui desse projeto de lei é realmente modernizar para resgatar a independência do DMAE, gerando uma modernização na gestão, que, com toda a sua boa vontade, tem seus gargalos, e a ideia desse projeto de lei é justamente diminuir os gargalos e gerar um projeto de gestão mais fácil.

Era isso. Eu sou a favor desse projeto de lei, acho que a sociedade já entendeu a necessidade de ter um DMAE mais competitivo, um DMAE com uma gestão mais moderna, como em outros lugares do Brasil. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Júlia, falou por 3 minutos 22 segundos. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Presidente; bom dia a todos que estão na audiência pública. Eu ia começar a minha fala falando exatamente o que a Júlia falou com relação à privatização e à concessão. Na verdade, as pessoas estão confundindo, nesta audiência pública, e trazendo o tema da privatização, que não é o tema deste momento e nem deste projeto de lei. Esse projeto visa à alteração do conselho deliberativo em consultivo, porque nós entendemos que ele está burocratizando e não desburocratizando, ele não está tornando ágil as ações necessárias para que a gente possa trazer água na torneira das pessoas com qualidade e rapidez. Nós temos muitos eventos climáticos que a cidade passou, enfrentou neste último ano, e nós sabemos da importância da rapidez para atender à população.

Eu vejo aqui as pessoas falando na Equatorial, são coisas completamente diferentes, porque a Equatorial foi privatizada, nós vamos fazer a concessão da distribuição da água, nós vamos privatizar provavelmente o esgoto e a drenagem, porque hoje nós temos mais de 800 ocupações irregulares que necessitam disso e nós não temos braços para fazer, mesmo que se contrate mais servidores, mesmo que se amplie o quadro não se tem condições de fazer todas as mudanças necessárias para trazer qualidade para população. Então isso precisa ficar muito claro. Eu não ouço ninguém falar aqui sobre todas as

melhorias que foram feitas, tudo que foi feito na gestão Sebastião Melo; só o que foi feito que não é de acordo com aquilo que as pessoas querem ou desejam.

A água que foi para o Morro da Cruz, que levou água para milhares de famílias lá em cima no morro, ninguém fala. Por que que ninguém fala sobre isso? Uma coisa que há anos essa comunidade reivindicava e que recebeu, que é importante, e que nós conseguimos levar, porque só quem ficou sem água por tanto tempo, sabe a importância disso, valoriza isso. Então nós precisamos fazer essa mudança, de deliberativo para desburocratizar.

Nós tivemos paridade de outros conselhos na Câmara, nós votamos a paridade de outros conselhos e nós estamos tendo esses conselhos funcionando, ativos, não deixando de existir em função disso. A paridade é importante, mesmo que alguns digam que não vai haver paridade; vai haver paridade sim. Mas a gestão é legítima, é direito da gestão fazer as mudanças administrativas necessárias para que a gente possa andar para frente. É isso que nós estamos fazendo e é isso que nós vamos fazer, nós vamos fazer essa mudança – de deliberativo para consultivo –, vamos criar as diretorias necessárias para que o DMAE possa trabalhar com mais eficiência, olhando para frente e atendendo àqueles que mais precisam.

A parceria DMAE e DEMHAB é extremamente importante, porque só quem caminha na comunidade sabe a necessidade dessa parceria, quando se precisa tirar uma família, quando se precisa reassentar uma comunidade, quando se precisa fazer uma mudança é muito importante o DEMHAB e o DMAE estarem em parceria. Então, também nós vamos trabalhar para que isso aconteça, porque nós entendemos que aquilo que o prefeito Sebastião Melo quer fazer, é melhoria para aqueles que mais precisam. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Cláudia Araújo, falou por 3 minutos 30 segundos. A Sra. Lidiane Goulart com a palavra.
(Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo.) Sra. Presidente, ela não conseguiu retornar à sala.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Tendo em vista, então, que nós temos quatro contrários, e a Sra. Lidiane não retornou à sala, podemos passar para o próximo inscrito que, se não me engano, é o Sr. Felisberto Seabra Luisi, é isso?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo.) Perfeitamente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Sr. Felisberto Seabra Luisi está com a palavra.

SR. FELISBERTO SEABRA LUISI: Obrigado, bom dia a todos e todas. Primeiro, eu queria dizer que fomos privados, logo no início da audiência, de acessar essa audiência. Quero lamentar que seja uma audiência tão importante, que se discuta uma empresa pública que dava lucro, que recebeu prêmios internacionais pela sua qualidade, pela sua história, como muito bem falou o Alexandre, o Edson e outros funcionários do DMAE, que teve um conselho de usuários ativos, eu fiz parte como conselheiro do Orçamento Participativo, à época desse conselho de usuários do DMAE; teve diretores competentes que honraram a empresa pública, o serviço público, não cedendo aos interesses do capital – sempre o capital querendo pegar o que é público. Há investimentos centenários nessas empresas, como foi o caso da Carris, que entregaram para uma empresa que presta um péssimo serviço; a Equatorial... Me nego chamar CEEE Equatorial, porque, no momento em que ela passou à gestão privada, piorou o serviço, porque o quadro de servidores não conhece a estrutura administrativa e, muitas vezes, não conhece todo o trabalho que deve ser feito na questão da água, na questão do transporte público, na questão da luz. É importante que a população tenha consciência que quem vai sofrer, ao contrário do que a Ver.^a Cláudia fala, que vai ser para população que mais precisa, é uma

mentira, porque se o governo quer fazer, ele faz, basta ter coragem, basta enviar uma lei para Câmara, onde tem maioria, poderia aprovar a melhoria do serviço nas áreas de regularização fundiária – ele sabe muito bem disso. Há um interesse em entregar o patrimônio público, o desmonte do estado, é evidente, quem não percebe isso... E, pasmem, há um financiamento na busca de dinheiro público! Só a Prefeitura de Porto Alegre vai ter, no orçamento deste ano, R\$ 13 bilhões! Quanto desse recurso será investido na manutenção do serviço público? O prefeito tem que dizer isso, a base do governo tem que falar isso. A população tem que estar atenta ao orçamento público. Por que que não se investe? Porque tem que pagar a conta da sua eleição. É evidente! As pessoas não gostam quando a gente politiza o debate, mas é necessário, certo? Há uma ideologia predominante que quer fazer a maioria, e é uma maioria que não vai ao encontro do interesse público e sim do interesse privado. Nós precisamos ter isso muito bem delineado, para que não caiamos no conto. Hoje nós temos recursos que vão para a reconstrução da cidade que vão para esses privados e não para o público. Nós teremos mais de R\$ 6,5 bilhões para serem investidos na cidade! Seis bilhões e meio, metade dos recursos do orçamento anual da Prefeitura! A população precisa saber: a Prefeitura buscou empréstimos internacionais para melhorar, ou regenerar, ou revitalizar o Centro Histórico e o 4º Distrito, de quase R\$ 1 bilhão. Aonde vão esses recursos? Melhorou a vida das pessoas, dos lojistas e de quem precisa do serviço público? Não! Alagaram-se várias lojas no comércio do Centro Histórico.

Então, é importante que a população tenha a noção de que privatizar não é a melhor solução. Já estou finalizando, nobre vereadora. É importante que a gente tenha a consciência de que os recursos públicos devem ser sob o controle público, a população tem o direito de discutir. A Câmara tem a sua legitimidade, mas não tem toda a legalidade de fazer o que ela quer. Ela tem que ouvir a sua população. A minoria de oposição deve ser ouvida também. Nós devemos procurar o que é melhor para a cidade e não para os interesses privados. Porto Alegre necessita de uma administração que olhe para as pessoas e não para o

mercado. Era isso. Obrigado. Agradeço mais uma vez o espaço e a sua paciência, Comandante Nádia. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Sr. Felisberto; 4 minutos 43 segundos. Passo a palavra à Ver.^a Juliana de Souza.

SRA. JULIANA DE SOUZA (PT): Bom dia; bom dia, Presidenta; bom dia aos colegas vereadores e vereadoras; bom dia também à nossa população que participa desta audiência, momento importante da nossa cidade. Quero iniciar, Presidenta, falando sobre um elemento que não é menor neste debate, que é a natureza desse processo em que se discute o PLE nº 003/25. A natureza do processo de tramitação, em convocação extraordinária, tem debate com os trabalhadores e trabalhadoras do DMAE, tem consulta ao conselho do DMAE, tem a participação efetiva da sociedade civil e, de forma atropelada, somado à natureza desta audiência pública, que é fruto de decisão judicial e não de uma vontade do governo e da Câmara de ouvir a população, uma audiência pública virtual, que não garante a representação e a participação efetiva da sociedade civil, porque ocorre em horário de expediente, porque tem inscrições restritas, e que, por si, tem uma natureza antidemocrática, autoritária, e inibe o processo de transparência e ocorre de forma atropelada.

A natureza deste processo demonstra objetivamente que o PLE nº 003/25 não se refere a meras mudanças administrativas e de gestão, não é algo menor, e a Prefeitura tem noção da alta nocividade desse projeto ao interesse público e coletivo. Mas falta à Prefeitura a coragem de fazer o debate com a população de Porto Alegre, com a cidade, sobre o seu projeto privatista que está expresso nesse projeto de lei, porque, ao contrário do que foi dito aqui pela base governista e também por aqueles que apresentaram o projeto, o art. 1º deste projeto esvazia efetivamente as competências do DMAE, ampliando a possibilidade de delegação, ao setor privado, de serviços essenciais que fazem parte hoje das competências e atribuições do nosso DMAE.

Além disso, no art. 2º, mais do que alterar simplesmente o caráter deliberativo para consultivo e alterar a composição, há um forte ataque efetivo ao controle social, porque, além dessas mudanças, além de mudar para conselho consultivo, além de retirar entidades históricas que hoje compõem a composição do DMAE, além de incluir de forma não paritária, ampliando a representação do governo, inclusive com a possibilidade de a Prefeitura indicar aqueles seus amigos que hoje se acham donos da cidade, que não fazem parte da administração, mas são quem efetivamente governa a nossa cidade a partir dos seus interesses privatistas, além de tudo isso, a Prefeitura também propõe um projeto em que esse conselho só vai opinar quando for convocado. Na verdade, isso faz parte de um repertório que já é do histórico do governo Melo de ataque ao controle social. Então, a gente sabe bem que o centro deste projeto é pavimentar o processo de privatização, sim, diferente do que foi falado aqui. É ele que vai abrir as portas para o projeto que a gente vai receber aqui na frente. E tudo isso, vejam, tudo isso enquanto nós temos, hoje, 2.614 cargos vagos, de acordo com a tabela do DMAE, de novembro de 2024, que é pública. Isso é fruto de um processo de precarização que vem desde 2017, do governo Marchezan, que iniciou essa sanha privatista de forma ainda mais aguda e que continua com o governo Melo. Tudo isso enquanto nós temos, hoje, neste momento, milhares de trabalhadores do DMAE, precisamente 1.018 trabalhadores do DMAE, que estão em seus postos de trabalho – porque esta audiência ocorre em horário de expediente – sem saber qual será o futuro do seu trabalho, das suas atribuições, do seu departamento, sem poder estar aqui debatendo, seguindo a lógica do prefeito Melo de desconsiderar, de desvalorizar e de não reconhecer os técnicos e trabalhadores do DMAE. Nós temos hoje mais cargos vagos do que trabalhadores, efetivamente, nos seus postos de trabalho, e isso serve ao processo de privatização, a gente sabe muito bem.

E, para defender esse projeto, o governo utiliza inverdades, porque fala que a responsabilidade da demora nos processos decisórios é do conselho, mas, na verdade, ele sabe que isso é fruto da perda de autonomia que vem desde 2017. Ele fala que não investiu o que precisava para proteger a cidade por causa do

conselho do DMAE, mas, na verdade, em 2024, quando tivemos a maior tragédia da nossa história, com a enchente de maio, nós já tínhamos tido o alerta dos técnicos do DMAE, desde 2023, de que era preciso fazer investimentos, e o DMAE tinha mais de R\$ 400 milhões em caixa, mas foi a gestão do DMAE, privatista, que não quis fazer os investimentos. Para rebater alguns argumentos que eu considero fundamentais, e finalizar, Presidenta...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Cinco minutos e quarenta segundos, vereadora, a senhora tem que encerrar.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Eu quero dizer que quando o André Coronel fala de modernização, eficiência nas decisões, quando o Darcy fala nas mudanças do conselho para acelerar esse processo de eficiência, nós sabemos muito bem que o que se quer é ampliar os caminhos para as negociatas, elas que caracterizaram os últimos períodos do DMAE como um período de corrupção. Lembremos dos R\$ 517 milhões que o ex-diretor Alexandre Garcia recebeu em contratos, justamente de caminhão-pipa, quando a nossa população, na periferia, estava sem água, em janeiro do ano passado, ao longo desse ano, quando a nossa população mais pobre estava desabastecida pela falta de investimento do nosso DMAE, a gente estava tendo corrupção no DMAE. É para isso que serve esse processo, Presidenta...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, vereadora; Ver.^a Juliana...

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): A síntese final desse processo é que o governo Melo quer privatizar e fazer negócios com o que é público, e nós não aceitaremos. DMAE público e controle social! Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Ver.^a Juliana, a senhora já está com 7 minutos; eu gostaria, vereadores, que, assim como a sociedade civil está

cumprindo o seu tempo, os vereadores também o façam. A senhora foi a 7 minutos, e nós estamos aqui numa democracia. Democracia significa que a sociedade civil e vereadores vão ter também o mesmo tempo de fala. Muito obrigada.

Diretor Luiz Afonso, por favor, o próximo da sociedade civil.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Adriano Reinheimer.

SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER: Bom dia a todos, Presidenta, demais vereadores e representantes. Eu sou contra o PL, pela rejeição, entendo que o PL já tem uma justificativa errada em relação ao que se propõe. A lei do saneamento, em 2007, já tinha possibilidade de participação de entidades... Estou sendo ouvido?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Está sendo ouvido.

SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER: Ela já tinha possibilidade de participação de entidades não deliberativas, e, com a alteração do novo marco legal, que passou as atribuições para a Agência Nacional de Águas, foi colocado no texto a possibilidade de participação do ente, que seria o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e isso causou essa grande confusão.

Portanto, a análise e a justificativa do PL estão totalmente equivocadas. Além disso, nós temos outras legislações, além da 11.445, que é a lei do saneamento, a 14.026, que é o Marco Legal do Saneamento, nós temos também a lei das autarquias, que é a 13.303 de 2016, que define o estatuto jurídico dessas entidades. Isso foi totalmente não analisado, tanto no parecer da Câmara, como nas justificativas. Eu acho que isso é uma falha grave, que tem que ser revista. Eu acho que esse conjunto de justificativas falhas vão fazer com que esse processo, mesmo sendo aprovado, provavelmente seja judicializado e perca seu efeito.

Então, eu sugiro que esse PL, como ele está, seja rejeitado, ou que pelo menos aqueles artigos que digam respeito às alterações do conselho deliberativo do departamento sejam rejeitados no voto pela maioria dos vereadores.

Em relação ao PL, basicamente é isso, pela rejeição, principalmente dos itens que dizem respeito ao conselho deliberativo do DMAE. Isso é um retrocesso, vai contra os princípios constitucionais dentro da participação popular. Então, o que eu tenho para dizer é bem rápido e simples: pela rejeição do projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigado, Sr. Adriano; 2 minutos e 55 segundos. Com a fala, a Ver.^a Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Olá, bom dia a todos e a todas que estão nos acompanhando. Bom, acho que eu não quero me tornar repetitiva com as coisas que foram trazidas aqui pela maioria, mas também me coloco contra esse projeto, esse PL traz elementos bastantes importantes que exigem da gente um pouco de reflexão.

Eu ouvi atentamente todas as manifestações, tanto do governo quanto do próprio sindicato, que fez a solicitação desta audiência para que a gente pudesse ouvir a população de uma forma mais ampliada, e eu estou aqui tentando articular qual é o princípio de modernização e eficiência que o governo justifica para esse PL. Que eficiência é essa, quando a gente trata de não realização de concurso, quando a gente trata de desmonte do próprio espaço de serviço do DMAE; que modernização é essa, que não apresenta, dentro do próprio projeto, uma tecnologia que seja... (Problemas técnicos no som.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Vou assegurar o seu tempo, Ver.^a Grazi; por favor, temos microfones abertos. Pode continuar, vereadora.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom, a primeira reflexão que eu trago é: que modernização e eficiência são essas que o projeto traz, justificando a

retirada de um princípio deliberativo para consultivo? Acho que a gente precisa entender que nós estamos falando de duas visões de o que a gente entende de mundo e o que a gente entende de serviço público. Nós estamos falando da coisa pública, nós não estamos falando de uma empresa privada. Nós estamos falando de um serviço que está dado para a população, que vem prestando atenção básica à nossa população há anos, e que há anos, há mais de 20 anos, vem vivendo e sofrendo com os seus desmontes. E, principalmente, a gente ouviu citarem, fazendo citações de mudança, de alteração de lei que tivemos em 1961, que tivemos em 2007, e, agora, posteriormente, como um alinhamento, nós não estamos aqui falando de alinhamento, nós estamos falando aqui é de retrocesso.

Então, acho que o primeiro ponto aqui é de a gente refletir sobre a retirada da participação popular, neste momento em que a gente está falando de iniciativa, a gente está debatendo aqui democracia, e nós estamos de fato aqui retirando o direito democrático de a população poder decidir sobre algo que é fundamental para sua vida, que é o que nós estamos tratando aqui: a questão da água.

O segundo ponto, que eu acho que é bastante fundamental de a gente refletir é sobre as substituições que estão sendo apresentadas pelo governo. O governo apresenta, no seu projeto, a retirada de organizações, que, para nós, são fundamentais. Eu queria entender qual é a lógica da retirada do Simpa para colocar a Associação Comercial, por exemplo. Eu queria entender qual é a lógica. Quais são os interesses do governo quando ele retira a participação do sindicato que representa os trabalhadores que estão, na ponta, atendendo a comunidade, para colocar uma associação comercial que representa os empreendedores da cidade, os empreendedores comerciais da cidade.

Então, o segundo ponto é: que estruturação é essa de conselho, que eu retiro a participação popular, o deixando meramente consultivo, e quando eu o reestruturo, eu o reorganizo, eu retiro aqueles e aquelas que representam quem, de fato, tem o interesse ligado ao DMAE a defender de uma forma pública aquele bem que é público?

E o terceiro ponto, esse terceiro ponto tem relação com esse alinhamento, com a racionalidade, com o papel do conselho. Nós temos que partir da premissa que os conselhos existem para fiscalizar, para deliberar e para serem consultivos. Todos os conselhos, quando nascem na sua estrutura, eles nascem para esse fim. Independente da forma como o Melo foi cancelado ou não nas urnas. É legítimo, como disse o companheiro Robaina, mas ele não recebeu um cheque em branco, ele foi eleito para tal, mas é bom a gente lembrar que ele foi eleito para governar para a cidade, para a população. Então, fica aqui meu repúdio também pelo formato que a gente está tendo essa audiência, a forma como a gente está debatendo sobre esse tema que é tão caro para a população, mas, principalmente, nós queremos, sim, que possa ser revisto pelo governo, que o conselho seja, de fato, deliberativo e que sejam revistas pelo governo as suas representações. Confesso que a forma como foi apresentada essa reestruturação, ela não tem nada de moderna e nada de eficaz.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Grazi, 5 minutos e 3 segundos. O próximo inscrito, Sr. Jeferson Machado.

SR. JEFERSON NEVES MACHADO: Bom dia a todos e todas, eu sou o servidor também do DMAE, faço parte do DMAE e venho aqui conversar com todos. Sou contra o PL, como todos nós do DMAE, acredito que a maior parte é. Quero explicar aos vereadores, solicitar aos vereadores da base do governo para que se faça, como já foi dito, para não ser repetitivo, que se cancele esse PL, se faça uma nova audiência pública de verdade. Essa audiência *online*, como já falou o colega Evandro, com 300 pessoas, não representa a cidade de Porto Alegre, não representa a população de Porto Alegre. Aqui hoje está sendo falado e estão sendo ditas coisas que muitas pessoas da população não sabem. Então, nós estamos aqui conversando, falando sobre modernização, eficácia, só que esse tipo de PL não vai trazer modernização, não vai trazer eficácia nenhuma para a cidade de Porto Alegre. Só para vocês saberem, o DMAE já vem se modernizando há muito tempo, o DMAE hoje trabalha com automação, se você

quer falar em modernização, em atualização, o DMAE já está modernizado. Nós temos que ter uma modernização administrativa, no momento que nós perdemos a *expertise* do negócio, quando muitos funcionários se aposentaram, quando entraram essas políticas de sucateamento do departamento, então a gente perdeu a *expertise* do negócio, cedemos muitos servidores que tinham conhecimento e não se passou. Quando a gente fala em modernidade, o DMAE já teve isso. O DMAE tem ISO 9001, o DMAE já teve OHSAS, são certificações internacionais da OHSAS no setor de manutenção. O DMAE, a partir de 2017, recebeu o Departamento de Esgotos Pluviais – DEP, que estava sucateado, colocaram na conta do DMAE, e nós avançamos no DEP. Apesar da enchente de 2021, de 2023, ano passado, nós já vínhamos trabalhando na modernização do DEP, já vínhamos trocando equipamentos, já vínhamos trabalhando, investindo dinheiro que era da água e do esgoto, já estávamos investindo no DEP. Então, todas essas coisas têm que estar colocadas agora na mesa. E, como foi dito, o conselho deliberativo nunca foi contra os investimentos no DEP. Então, não se pode dizer que o conselho deliberativo foi um empecilho e foi uma âncora para a questão das enchentes em 2023, 2024. Desculpa, não foi uma âncora. O conselho deliberativo, como foi emergencial, sempre liberou mais rápido, até trabalhou mais rápido liberando os processos de licitações emergenciais, se vocês querem saber, em 2024. Então, isso não é justificativa para acabar o conselho deliberativo. Isso vai ser um retrocesso, como já foi dito, isso vai retroceder, vai tirar a lisura do processo de um conselho que deve ser deliberativo. Isso vai fazer com que não se modernize, não. Para modernizar o DMAE, nós temos que fazer alguma reforma administrativa, contratando pessoas. (Problemas técnicos no som.) Apesar de nós estarmos trabalhando 24 horas, o número de horas extras é excessivo. Nós teríamos que ter pessoas através de concursos; tem concurso aberto. Não adianta fazer nova estruturação para modernizar. Se não tiveram pessoas, não adianta, o departamento não vai poder evoluir. Esse sucateamento que está havendo, a modernização se dá através dos servidores. Digo, além do mais, em 2024, servidores do DMAE trabalharam 24 horas nas enchentes, para vocês ficarem sabendo, 24 horas.

Nós tivemos o apoio de empresas como Copasa, como Sabesp, como Casan, todas empresas até o momento públicas – a Sabesp foi logo após privatizada, mas era uma empresa pública. E o que seria para a Aegea, veio parar no DMAE, 50 servidores. Esses 50 servidores seriam hoje o que o DMAE precisaria só no setor de (Ininteligível.), fora nos setores distritais. Então, nós deveríamos estar discutindo agora, neste momento, não a questão de PL 03, um novo conselho; nós deveríamos estar discutindo a reformulação do novo DMAE, com uma capacidade bem maior de investimento, capacidade pessoal, de pessoas aptas, capacitadas para estar trabalhando até na questão das novas enchentes – porque vai haver novas enchentes, a gente tem visto agora o nosso clima como está. Então, isso que nós deveríamos estar discutindo agora na Câmara de Vereadores. Investimentos estão sendo feitos, a gente sabe que está vindo o dinheiro. É só apresentar projetos para o governo federal, a gente sabe que tem uma secretaria que vai receber R\$ 700 milhões. Então, é essa a discussão que a gente deveria estar fazendo agora, e não a de acabar com o conselho deliberativo, que nada mais é do que uma forma de já deixar alinhavado para novas concessões que a gestão quer fazer. Só para finalizar, à população de Porto Alegre, se houver essa concessão, vai haver um impacto; daqui a cinco anos, ou menos, nós vamos ver isso aí. Eu, como morador de Porto Alegre, também vou sentir muito, mas, infelizmente, as periferias vão sentir mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Jeferson, 6 minutos e 17 segundos. Com a palavra a Ver.^a Mariana Lescano.

VEREADORA MARIANA LESCANO (PP): Bom dia, Presidente. Bom dia, vereadores e demais pessoas que estão participando da audiência pública. Primeiro, eu também não quero ser redundante com a fala de alguns vereadores, mas, para destacar que a audiência pública está cumprindo seu papel, a gente está vendo fala de diversos servidores, ou seja, a oportunidade de que todos que tivessem interesse no tema participarem foi dada. Além disso, a gente não pode esquecer que Porto Alegre não se limita a 290 pessoas, que é mais ou menos o

número de pessoas que tem nessa audiência. Cada vereador que aqui está representa milhares de porto-alegrenses e tantos interesses que as pessoas têm nesse assunto. A audiência pública foi solicitada pelo Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa, ela foi realizada para que não houvesse nenhuma justificativa de que não houve a possibilidade da participação popular, mas o que eu quero deixar claro é que nós não estamos falando em concessão ou privatização do DMAE. E essa audiência pública, essa demora, mais uma vez, faz com que a máquina pública fique parada, com que a máquina pública não consiga agilizar as necessidades de soluções que a população porto-alegrense tem. Então, a gente já poderia ter votado o PL 03, a gente já teve todas as condições para votar, os vereadores legitimam o que foi mandado pelo Executivo. Os vereadores, alguns disseram que o prefeito Melo não tem cheque em branco, evidentemente que não, quem dá para ele a legitimidade somos nós que somos vereadores e representamos a vontade popular. Então é no voto que nós iremos saber o que a maioria de Porto Alegre quer. Agora o que nós não podemos é obstruir o tempo inteiro o andar legislativo para tentar impedir que seja feita a vontade da minoria, porque é isso que nós estamos vendo, uma obstrução do processo legislativo para que a minoria consiga tentar emplacar o que ela quer. Vamos ao voto da casa popular, que é Câmara de Vereadores, e, a partir disso, conseguir dar os devidos andamentos, não para a privatização ou concessão, mas a modernização e desburocratização da máquina pública. É isso que a gente busca com esse PL: agilidade, desburocratização e conseguir resolver com mais rapidez aquilo que Porto Alegre demanda, aquilo que infelizmente muitas vezes acaba se tornando problema em decorrência das questões climáticas. Além disso, é importante a gente destacar que as falas dos servidores, infelizmente, também todas acabam dando o cunho político e ideológico daquilo que eles querem. Não é à toa que a gente vê até pelas manifestações nos *chats*, enfim, que eles têm um viés político, mas nós não estamos aqui pensando nisso. A gente precisa lembrar que, hoje, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre é uma Câmara de Vereadores com a maioria de centro-direita e nós representamos os porto-alegrenses. Então eu peço que a

gente consiga votar o PL o mais rápido possível; a audiência pública cumpriu o seu papel, todos tiveram a chance de poder falar. A audiência, por ser híbrida, não faz nenhuma afronta à vontade popular e à capacidade das pessoas de se falar, até porque a própria esquerda que está falando que a capacidade híbrida é uma capacidade que pode estar tentando demonstrar um medo dos vereadores (Problemas técnicos no som.), porque eles mesmos, durante todo o processo da pandemia, passavam dizendo que o *online* e o físico era a mesma coisa.

Então é isso, Presidente, que a gente consiga levar adiante buscando a modernização, a desburocratização da máquina pública e lembrando que nós, vereadores, legitimamos a vontade popular pelos votos e pela representação de milhares de porto-alegrenses, aquilo que é de interesse de todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Mariana Lescano, 4min14s. Informando aqui que todos os pronunciamentos dessa audiência pública estarão transcritos no e-mail e podem ser solicitados pelo e-mail: pronunciamentos@camarapoa.rs.gov.br.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O próximo inscrito é o ex-vereador Guilherme Barbosa. (Pausa.) Não está na sala, Presidente. Então vamos para o próximo, Sr. Cláudio (Ininteligível.) (Pausa.) Também não está na sala. Sr. Marco Antônio. (Pausa.) O Sr. Marco Antônio está na sala.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Com a palavra o Sr. Marco Antônio. (Pausa.) Próximo inscrito, diretor.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima inscrita nós temos aqui a Sra. Carla Rejane.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Avisando que aqueles que não usarem a palavra serão substituídos.

SRA. CARLA REJANE: Não, eu não vou falar.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É que algumas inscrições só colocaram contra ou a favor, nós não temos como identificar direito a inscrição. Depois, nós temos aqui o Sr. Marcelo. (Pausa.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Enquanto o senhor vê quem está na sala, vou passar a palavra ao Ver. Aldacir Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Bom dia, nobre Presidenta Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa audiência pública. O governo, tanto o atual governo como o governo anterior, tem como prerrogativa principal, eu diria, não só a estatização como a privatização e a terceirização, isso está claro no governo Marchezan e no governo Sebastião Melo. Infelizmente isso tem acontecido na saúde, no transporte público, e nós percebemos que também essa mesma lógica de terceirização ou privatização aconteceu no governo Eduardo Leite, no Estado. E quem pagou ou está pagando a conta é o cidadão, é o trabalhador. Nós percebemos, por exemplo, que a conta da CEEE Equatorial, como também da Corsan, nós percebemos que a maior parte dos cidadãos teve, ao longo de um ano – não é nem de dois ou três anos – um reajuste absurdo, de se tornar quase que impagável a conta da água e da luz no interior do Estado. Não será diferente em Porto Alegre. O governo diz o seguinte: “Mas nós ganhamos a eleição e recebemos o aval da população”, como muitos vereadores da base estão aqui dizendo. Não é verdade, porque o atual governo, se nós observarmos as abstenções, a não ida dos cidadãos ou uma grande maioria não terem votado, se nós observarmos que o percentual de votantes... Não foi o Melo que ganhou a eleição, foram as abstenções de votar e também da oposição. Portanto esse dito aval é muito suspeito, porque, na verdade, grande parte da população, indignada com alguns políticos ou com a política de alguns, se indigna e não vai votar. Isso não dá demonstração clara e

precisa de que o atual governo tem carta branca para fazer as grandes mudanças.

Vejam o que aconteceu com a Carris em Porto Alegre, grande parte dos cidadãos que moram na periferia acabaram ficando sem o transporte público depois das 22h, algumas comunidades menos aquinhoadas, mais pobres, hoje tem uma enorme dificuldade de ter um transporte público de qualidade. Infelizmente, com a privatização ou com a concessão, esses serviços acabam não indo para os mais pobres, e é isso que pode acontecer ali na frente. Quando o representante do governo, o André Coronel, fala lá no início da nossa audiência pública, diz o seguinte: “Não, nós queremos agora é tornar mais eficiente o DMAE, nós não vamos fazer a concessão agora, vamos fazer logo ali adiante”. Ele falou isso: “logo ali adiante”. Está claro para nós que, na verdade, o governo tem como meta a privatização do DMAE. Vai acontecer o que aconteceu no Estado, quem vai pagar a conta é o cidadão, é o trabalhador. E aí, aquelas famílias que hoje pagam, por exemplo, a taxa social, vão continuar pagando a taxa social? Os investimentos que o governo deveria ter feito agora com a questão dos eventos climáticos, já faz praticamente um ano e a gente não viu nada de novo. Os recursos que poderão vir – e estão vindo – do governo federal vão ser geridos ou gerenciados, ali na frente, pela iniciativa privada? Nesse projeto de lei o governo, além de mudar o caráter do conselho de deliberativo para consultivo, cria três diretorias que terão poderes absolutos sobre isso. E o conselho fica apenas um órgão para bater palmas ao governo ou dizer amém. É nesse sentido que nós achamos isso antidemocrático e, se nós observarmos que a lei federal, tem uma lei federal que, para as estatais, os conselhos têm que ser deliberativos e não consultivos, isso pode criar, sim, um empecilho ao governo ou ter uma judicialização em relação a esse projeto de lei e não se efetivar, porque a própria lei federal preconiza que os conselhos devem ser deliberativos e não consultivos.

Depois nós ouvimos aqui alguns vereadores dizendo o seguinte: “Ah, mas lá no Morro da Cruz está resolvido”. Não, não está resolvido, se iniciou um trabalho e abandonaram, porque até hoje tanto a região leste da grande Partenon, Glória,

Lomba do Pinheiro e tantos outros bairros estão com uma enorme dificuldade de ter acesso à água e esporadicamente ainda está acontecendo isso. Com a iniciativa privada vai acontecer a presença do Estado, a presença do poder público? Claro que não. Por isso a nossa indignação também junto com a sociedade, porque, queira ou não, esses governos capitalistas acabam transferindo até as entidades e autarquias que dão lucro para a iniciativa privada e fazem com que a população pague a conta. Infelizmente e lamentavelmente é assim que eles operam. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver. Oliboni, 5 minutos e 45 segundos. A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, colegas vereadores, boa tarde, população que está acompanhando esta audiência pública. Primeiramente quero colocar a importância da ação judicial do Simpa que garantiu este espaço, porque a vontade do governo era de imediato passar esse projeto no meio do recesso, no meio das férias de boa parte da nossa população. Isso já demonstra assim o nível de democracia que é proferido aqui nessa audiência, mas que na prática é um discurso vazio. Quem quer ser democrático também utiliza audiência pública para fazer contribuições ao projeto, algo que nesses meus seis anos de vereadora na Câmara de Porto Alegre vem sendo somente protocolar. Tu crias uma audiência pública, muitas vezes porque há uma pressão popular, uma pressão social que impõe uma derrota para o governo e aí se cria este instrumento que está sendo muito utilizado agora, o instrumento virtual como mecanismo meramente burocrático. E é uma gestão que fala muito em desburocratizar, mas se utiliza muito bem desses instrumentos para burocratizar o processo que deveria ser democrático. O mesmo vem acontecendo com os conselhos, que deveriam ser um espaço de participação e de fiscalização e cada vez mais vêm sendo espaços protocolares da parte dessa burocracia desse Estado que eles muito criticam, mas eles são parte componente e essencial dessa estrutura que não dá conta das demandas da população. E não dar conta,

com o DMAE eu tive três grandes problemas, eu tive dois agora na última semana, até que o engenheiro Darcy foi uma das pessoas que nos últimos dez dias eu acionei quase que diariamente, eu tive um problema na comunidade Cefer, onde tive mais de um mês de uma solicitação da execução de um serviço por parte de uma empresa terceirizada. Ou seja, essa lógica da terceirização, da concessão, da parcerização, mas esses mesmos vereadores que defendem todo esse pacote de desmonte da estrutura pública não são aqueles que estão lá na ponta fiscalizando. Essa é a primeira coisa que a gente precisa pontuar. Quem defende a terceirização, a privatização tem que ter o compromisso de fiscalizar, e eu não vejo isso acontecendo com as empresas de transporte por ônibus da cidade. Nos últimos dez dias nós tivemos três ônibus aqui na Zona Sul que pegaram o fogo, um deles queimou um mecânico que teve sessenta por cento do corpo queimado, está no HPS, e eu não vejo os vereadores da base se manifestarem em relação ao péssimo serviço que essas empresas privadas prestam no Município. Na semana passada, nós tivemos também o mesmo problema de uma cratera que se abriu na comunidade da Vila Mapa, nós solicitamos o serviço, o atendimento do DMAE, foram quase cinco dias de empresas diferentes indo para a comunidade olhar o buraco, a gente tem registro disso, ou seja, todo um efetivo pago com a máquina pública, e não se comprometeram a resolver o problema. Quando foi chamada a dita empresa que ia fechar o buraco, outra empresa terceirizada, essa empresa simplesmente estourou o encanamento de água porque desconhece a rede e deixou a comunidade sem água. Só teve um retorno tão efetivo porque viralizou, porque a comunidade gravou, se manifestou, colocou nas redes sociais, saiu no Porto Alegre 24Horas, nas mídias locais daqui, mostrando o que significa a terceirização. Cinco empresas diferentes na mesma semana para resolver problema de fechamento de buraco! O DMAE não pode se restringir a colocar cavalete e sumir, ficarem lá os funcionários terceirizados olhando o buraco sem saber o que fazer. Então a gente precisa de um DMAE mais efetivo. Eu questionei um dos engenheiros, porque além do diretor Darcy, que eu estava entrando em contato, também conheço o outro corpo técnico do departamento,

e eu questionei em determinado momento essa empresa que lesou o patrimônio público, porque não ouviu a empresa que estava lá anteriormente dizendo: “É só fechar o buraco, não entra de retroescavadeira.” Quem é que vai pagar esse dano que foi feito? Quem é que paga esses recursos? Tem vídeo, eu fiz vídeo, coloquei ali. O pessoal tentando depois drenar a água com retroescavadeira! Uma piada! Depois de duas horas chegou uma bomba. Então tu percebes assim quem conhece os problemas da cidade não se elegeu só com discurso ideológico, falando de extrema direita, de Estado de Israel, de arminha na mão, quem conhece de fato o funcionamento da estrutura pública vem dizendo: “Nós estamos perdendo o controle da coisa pública”. Eu tive um problemão também com o ex-diretor Alexandre, esse que está sendo denunciado por propina, pela denúncia da própria empresa MG Terceirização, eu tive um grande problema com ele, levei para a justiça, que foi uma caixa de contenção de água da chuva que estourou e o DMAE não queria indenizar a família. “Mas não podia ter construído em cima das caixas de contenção”, mas o DMAE tem que avisar a população, e o DMAE não vem cumprindo esse papel.

Então, para nós, a terceirização é um completo desrespeito com o recurso público, desorganiza os fluxos, o conselho tem que ser efetivo. Quando a gente vê o patrimônio público sendo lesado, o papel é denunciar para o conselho, e o conselho tem que deliberar em relação a essas empresas picaretas que superexploram seus trabalhadores. Nenhum dos trabalhadores lá na comunidade Mapa... (Problemas técnicos no som.) Isso tem que ser fiscalizado, meus colegas vendedores, o discurso de vocês é muito bonito em relação aos fluxos, à eficiência, mas na prática é precarização, é superexploração daqueles trabalhadores lá terceirizados que estão na ponta, entrando dentro do esgoto, da nossa merda, para fazer a manutenção, sem condições de trabalho alguma, e também um desrespeito com a população que demora mais de dez dias, às vezes, para conseguir ter o seu serviço atendido. Então mais respeito com a população. Vamos parar de burocratizar os processos para empurrar uma política neoliberal que não corresponde com os anseios da população. Esse discurso de factóide de que venceram nas urnas, isso não corresponde com a

necessidade urgente de melhorias que a gente tem na nossa cidade. E vocês, vereadores eleitos pelo governo, têm que se comprometer com isso, se comprometer principalmente com a coerência, porque para falar em privatização tem que estar na ponta fiscalizando, e eu não vejo vocês.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Karen. Vou chamar o Ver. Gilvani o Gringo e depois nós chamamos a sociedade. O Ver. Gilvani o Gringo está com a palavra. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu só quero confirmar se uma pessoa se manifestou, o Sr. Caio. Ele está na sala? (Pausa.) A próxima a falar é a Sra. Carla Meneghetti. Peço para desligarem os microfones, para darmos atenção à Sra. Carla Meneghetti.

SRA. CARLA REJANE MENEGHETTI: Vereadores, vereadoras, eu quero dizer que eu sou contra esse PL. É isso, porque eu acho que já foi falado bastante sobre o assunto, obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada à Sra. Carla Meneghetti.

SRA. CARLA REJANE MENEGHETTI: Quero informar também, Presidenta, que eu sou delegada do Orçamento Participativo, sou do Conselho Municipal de Saúde e sou da região nordeste, bairro Mário Quintana.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. O Ver. Gilvani está na sala? (Pausa.) Palavra com o senhor, vereador. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não estamos ouvindo. Seu microfone está aberto, vereador, mas não está chegando a nós o som.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Quem sabe o senhor sai da sala e retorna, vereador, porque às vezes é questão de conexão ou um microfone de ouvido. Vou passar a palavra para a Ver.^a Natasha enquanto isso.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Bom dia, vereadoras e vereadores, presidente Nádia, e também o conjunto dos funcionários públicos da cidade de Porto Alegre. Quero dizer, primeiro, que esta audiência pública, ela não está acontecendo por um desejo do governo. Na verdade, está acontecendo porque a justiça, através de uma liminar, obrigou o governo a construir esta audiência pública. E audiências *online*, aqui eu discordo de vereadoras e vereadores que me antecederam, elas não são democráticas, primeiro, porque esses vereadores e vereadoras não conhecem a realidade de Porto Alegre. Boa parte das zonas periféricas, que são os bairros que mais ficam sem água, também não tem internet. Então, quando a gente faz essa relação de democracia, nós precisamos entender que ela precisa entender que... (Problemas técnicos no som.) ...precisa estar aqui intrínseca, e aí seria, de fato, audiência pública presencial. Eu defendo, particularmente, como líder do PT, que, para debater DMAE, nós precisaríamos fazer discussões zonais, regionais na cidade de Porto Alegre, porque os bairros que sofrem com a falta de água não são bairros que boa parte dos vereadores da base do governo aqui defenderam até o momento. Esse projeto também vai na contramão do que países desenvolvidos das grandes economias do mundo fizeram. Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e França privatizaram o serviço de água, viram que não deu certo, reestatizaram e, de fato, modernizaram, para fazer com que a água fosse um valor do povo, um valor público nas grandes economias do mundo. Muitas que vocês defendem inclusive, nenhum modelo que privatizou água, privatizou luz deu certo, muito pelo contrário, as estatais dão mais certo. Aí tem uma outra questão importante: se qualquer vereador ou vereadora colocar no Google, vocês, da base do governo, coloquem no Google sobre quanto o DMAE tem em caixa: são mais de R\$ 400 milhões em caixa. Inclusive saiu no Terra, no UOL, no Correio do Povo,

ou seja, as mídias públicas falam sobre o caixa que o DMAE tem. Quando a gente fala aqui de uma modernização, quando a gente fala que o prefeito quer fazer com que a água chegue aos quatro cantos da cidade de Porto Alegre, mentira! O que ele quer é que esse dinheiro, esses R\$ 400 milhões sejam divididos entre os seus amigos que são da iniciativa privada, e nós não podemos ser a favor disso por óbvio. E aqui não é uma questão de maioria, ou de minoria, debater a cidade é ter responsabilidade pública. Nós somos vereadoras e vereadores da cidade, não das empresas, pelo amor de Deus, gente! A água é um valor inegociável, as pessoas não podem mais achar que é normal que, em uma capital de estado, nós tenhamos, em janeiro, um rodízio. Detalhe: entre os pobres, as pessoas pobres, as zonas periféricas não têm água, porque os bairros de classe média-alta e os bairros ricos não ficam... (Problemas técnicos no som.) A privatização ataca diretamente os mais pobres. A Sabesp, por exemplo, é um exemplo no estado de São Paulo, que é de um governador e também de prefeitos bolsonaristas, e uma reportagem revelou que há, digamos, um aumento significativo da taxa de água após as privatizações. Em Ouro Preto, Minas Gerais, com a privatização da água da Saneouro, saiu de R\$ 27,00 a taxa para R\$ 79,88, quase 200% de aumento. É isso que vocês querem para Porto Alegre? Vocês querem que os pobres paguem ainda mais pela água que não chega nas suas casas muitas vezes?

Eu quero dizer que nós fizemos um requerimento, Presidente, nós fizemos um requerimento pelo meu mandato, para que o governo cumpra aquilo que estabelece o art. 237 da lei, que prevê que projetos dessa lei, que tem um impacto ambiental, precisam de, no mínimo, 90 dias para fazer uma discussão pública. O que nós queremos propor aqui, eu, como líder do PT, é que a cidade tenha tempo para debater sobre a privatização, sobre a concessão, como vocês falam, do DMAE. Nós queremos que o povo que está sem água, as pessoas mais pobres que precisam de água potável, de dignidade humana, que a gente possa fazer essa discussão. Mais uma vez, quero registrar a insatisfação do Partido dos Trabalhadores, somos aqui expoentes de uma luta pública, nós somos entusiastas do DEP, nós queremos que o DEP volte, e boa parte da

gestão não quer o DEP, porque o DEP não dá lucro. Inclusive, os que estão sentados na Prefeitura neste momento sabem que a extinção do DEP se deu porque ele não deu lucro, e agora, com o lucro que dá o DMAE, vocês querem entregar para a iniciativa privada. Nós não vamos topar e vamos fazer uma disputa pública coerente, responsável e que aponte para que a cidade de Porto Alegre possa se modernizar através do DMAE público. Muito obrigada, presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Natasha, 4 minutos e 45 segundos. Ver. Gilvani o Gringo. (Pausa.) Enquanto o Ver. Gilvani se organiza, passo a palavra ao Ver. Alexandre Bublitz.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Eu só preciso de um segundinho aqui para ajeitar a câmera, só um minuto, por favor.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Está assegurado o seu tempo.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Olá, boa manhã, eu peço perdão por estar falando com vocês aqui na rua, eu estava no trabalho agora, estou passando aqui na frente do HPS. Estive conseguindo acompanhar uma boa parte da discussão e gostaria de fazer um apelo, na verdade, aos vereadores que são da situação. Meu nome é Alexandre Bublitz, sou vereador pelo PT, sei que a gente acaba, muitas vezes, fazendo uma discussão que acaba polarizando boa parte das ideias. Mas seria necessário que a gente pensasse esse processo não só como um ataque ao DMAE, mas, sim, colegas, nós estamos aqui fazendo, na verdade, um ataque a um processo democrático...

(Manifestação do Ver. Gilvani o Gringo.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ver. Gilvani, vou assegurar o tempo do Ver. Alexandre Bublitz, que está falando. Estamos ouvindo o senhor, o senhor já está na tela. Está assegurado o tempo, Ver. Alexandre.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Muito obrigado, gente. Esse ataque que a gente está sofrendo agora, na verdade, é um ataque contra um processo democrático. O conselho nada mais é do que uma extensão da democracia, e agora não uma questão de democracia representativa, que é o nosso caso aqui, vereadores, mas, sim, com relação a uma democracia ativa, que a pessoa realmente esteja junto lá, participativa, dando a sua opinião, colocando a sua contribuição. O conselho é um processo democrático genuíno da população e ele precisa ser, sim, representativo de diferentes setores, precisa ter uma qualidade técnica, precisa ter uma qualidade da sociedade civil e da base do governo. O atual projeto quer, na verdade, acabar com o processo democrático, ou seja, ele acaba retirando a base da população de dentro dessa disputa, de dentro dessa conversa. Isso é antidemocrático. E aí eu tenho que, novamente, conversar com os vereadores que são da base do governo. Aqui não é só uma questão sobre ser a favor ou contra um processo de privatização. Aqui a gente está falando sobre processos democráticos de decisão dentro de uma instituição pública. É necessário, sim, que nós tenhamos o direito de ter fala, o direito de poder ter o contraditório, e o processo que hoje está se colocando pelo projeto de lei do Melo é um projeto antidemocrático. Ele vai, na verdade, acabar extinguindo o conselho. Se o conselho deixa de ser deliberativo, se esse conselho passa a ter um número maior de representantes do governo, ele, na verdade, deixa de existir. Aí nós vamos ter um conselho para quê? Um conselho de mentira? Que tipo de democracia é essa? Será que isso está dentro e conforme a lei? Isso a gente vai ter que olhar, porque, com certeza, esse processo será judicializado depois. Essa luta ainda não chegou ao fim, meus companheiros, a gente tem muita luta pela frente para fazer. Quero me colocar aqui junto aos companheiros do DMAE, aos companheiros do Simpa, que estão

travando uma belíssima luta, a gente está junto nela. Muito obrigado. Desculpem por estar caminhando, mas eu estava no trabalho agora da manhã. Forte abraço.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Alexandre – 3 minutos e 10 segundos. Com a palavra o Ver. Gilvani o Gringo.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Comandante Nádia, bom dia; bom dia a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Bom dia.

VEREADOR GILVANI O GRINGO (REPUBLICANOS): Eu sou a favor do governo em muitas coisas. Especificamente falando do DMAE, é uma área que eu tenho muito a falar no que se relaciona ao DMAE na questão também da proteção contra as enchentes, na questão de falta d'água. Mas, enfim, eu vejo que esse conselho, essa mudança administrativa, eu acho que tinha que andar junto aí uma questão que é uma linha de frente, de fato, na melhoria do que é lá na ponta, eu digo a questão do andamento da reforma, de fato, para a questão das casas de bomba, tem a questão da proteção contra as enchentes, tem a questão também de falta d'água. Trabalha-se contratação bem significativa de caminhão-pipa, mas não se trabalham ações que venham para minimizar essa questão da falta d'água. Um dos exemplos que eu dou, que é recorrente, é a questão dos geradores, que é por culpa da Equatorial, que é uma empresa que foi privatizada. Eles eram para estar sendo responsabilizados, em forma de lei, aqui junto com os vereadores, e entregar essa garantia, porque hoje eu vejo muito assim: “Ah, o clima, o tempo mudou”, mas essa ação não tem uma efetividade, uma garantia, uma entrega. Então, isso que me preocupa lá na ponta. E a questão do serviço. Eu digo que o saneamento, hoje, tem um trabalho ineficiente, uma contratação com custo elevado e um serviço que não chega. Eu tenho muitas provas disso comigo e até vou trabalhar em cima disso para fiscalizar. Mas, enfim... E a questão da qualidade d'água. Eu digo os nossos

mananciais, uma fiscalização efetiva, um acompanhamento da qualidade dos nossos mananciais, e a questão da entrega dessa água, o perfil dela, a qualidade dela, porque não é falado isso. Tem muita coisa oculta aí que se relaciona a problemas que a população vem enfrentando que estão ocultos. Então, eu digo, administrativamente, eu acho importante a reforma. Mas eu me preocupo, junto a isso, essa frente, esse trabalho efetivo lá na ponta, a entrega dele, eu digo, a qualidade dos serviços sendo entregue, e a questão de análise de custo junto a isso, porque não adianta a gente cobrar um serviço de qualidade e não cuidar o recurso, porque não vai ter recurso para fazer tudo, e é o que eu escuto muito. Eu também quero falar da questão econômica-social. Se, futuramente isso vier, eu falo sempre que não adianta brigar por um salário digno para a população e nós trabalharmos cada vez mais e não se preocupar, que nem aí: a luz foi privatizada, a água já foi privatizada, eu digo, numa grande parte do nosso Estado, e agora vem Porto Alegre. Eu digo, não é um salário que vai dar equilíbrio às pessoas, é esse custo, eu digo que é um custo básico que a gente tem nas nossas vidas. Então, assim, essa questão também, eu falo dessa votação, eu acredito que eu também votaria a favor de um plebiscito, envolver a população, a população também se integrar, porque essa conta, esse voto, ele vai vir nas costas de cada um que votar relacionado aos dias que a gente tem pela frente. Eu falo o quê? A cidade está em risco de novas enchentes, a cidade está em risco de falta d'água, a cidade está numa linha que a nossa água não tem uma melhora.

Eu vou dar um outro exemplo prático: quem está junto nessa reforma, que é o Darcy, eu gosto de direcionar também coisas diretamente às pessoas, ele está junto aí nesta reunião, ele está fazendo parte, que é uma pessoa que está fazendo parte dessa mudança, está fazendo parte dessa estruturação, dessa questão administrativa. Ele é uma pessoa que eu acompanhei nas enchentes, e ele estava bombeando água para dentro da cidade, entendeu? E ele está fazendo parte da reforma administrativa que vai trazer mudança. Então, assim, eu quero ser verdadeiro ao máximo aqui, porque eu acho que isso é justo com a população, que nem disseram aí alguns vereadores, a gente tem que ser justo

no voto para quem nos entregou essa confiabilidade, e eu tenho que ser verdadeiro com o meu sentimento. Então, assim, não sou contra a mudança, mas eu sou contra as coisas não estarem alinhadas, e a gente entender o tempo que a gente tem que atender às coisas aí na rua. É urgente ter ações eficazes, ações que cheguem lá de fato, entende? Então, eu venho acompanhando as casas de bombas, tem muitas casas de bombas que estão sem geradores, as tubulações que tu vê, cada vez piores. A questão de alagamento, tu vê que não está acontecendo a drenagem, eu digo a microdrenagem, devido à eficiência do equipamento que está sendo contratado. A questão de custo também não é levada em consideração, eu retorno a falar, eu sou muito incisivo nisso, paga-se uma fortuna e não entrega o serviço, porque, se entregasse o serviço estava tendo efetividade na questão da drenagem, não estaria alagando. Então assim, a minha posição é específica no que se diz em fazer, no que se diz em executar o trabalho, e nós entregarmos melhoria no que se relaciona a toda essa questão que eu falei agora.

Então assim, pessoal, eu estou aqui para ajudar, eu estou aqui para contribuir, acredito que é muito mais prático o que eu falo do que a gente criar uma questão administrativa, ficar enrolando e, lá na ponta, as coisas não estarem acontecendo com velocidade. Não sou contra o governo, o governo apoia fiscaliza, aprova eu fazer o meu trabalho que venho fazendo na rua. Tem muitas coisas que são positivas, que eu retorno a dizer, mas especificamente o DMAE precisa de uma atenção imediata, urgente, uma operação eficaz...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, 6 minutos e 35 segundos. Diretor, nós temos o último inscrito da sociedade civil, depois eu volto para os vereadores, por gentileza.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, presidente, é o ex-vereador Guilherme Barbosa.

SR. GUILHERME BARBOSA: Olá, boa tarde, é um prazer falar com todos. Eu tive que sair antes, então peço desculpa, estou parado aqui na rua pela importância do tema. Eu fui diretor do DMAE de 1989 a 1992, e com muito prazer. Esse órgão ele foi criado como autarquia em 1961, e, antes, o abastecimento de água na cidade era realizado por uma secretaria, e, muito antes ainda, no começo do século passado, era realizado por duas empresas privadas. E a Prefeitura, na década de 1940, tomou os serviços dessas empresas porque ele não avançava, não tinha qualidade o serviço. Criou uma secretaria e, em seguida, em 1961, foi criada essa autarquia, o DMAE. E por que uma autarquia? Porque esse tema do saneamento é um tema que tem a ver com a saúde da gente, tem a ver com a proteção do meio ambiente, então é uma questão muito importante. E, em face disso, uma autarquia tem uma independência administrativa e financeira, claro que o Prefeito nomeia o secretário, o diretor, vai dizer a política, mas não pode intervir no dia a dia. E, se os vereadores lembrarem, se forem buscar as notícias, a gente vai ver que, no começo do ano 2000, a gente já tinha 100% de abastecimento na cidade, com exceção das áreas irregulares, que não podem ter a regularização do abastecimento, mas sempre foram atendidos com os caminhões-pipa. Bom, quando então chegou o Prefeito Marchezan, que já tinha a ideia de privatizar o DMAE, ele começou a segurar o investimento. Inclusive no processo ele escreveu isso, e está recebendo uma multa muito grande do Tribunal de Contas por isso. Então voltou a ter falta d'água, nos verões, em algum dos bairros, mas como isso se nós já tínhamos chegado aos 100% do abastecimento? Porque essa foi uma medida pensada para criar uma situação para depois privatizar o órgão, que está continuando agora no atual governo, na atual administração. Então vejam que faltam quase mil funcionários no DMAE, Ver. Gringo, o senhor falou isso, e olha, quase mil funcionários o DMAE precisa agora. Em 30 de abril do ano passado, havia a aplicação financeira pelo departamento de quase R\$ 500 milhões, quase R\$ 500 milhões aplicados no sistema financeiro, faltando água em todos os bairros da cidade e, ao mesmo tempo, sem ter sido feita a manutenção do sistema de proteção contra os alagamentos em Porto Alegre, como nós vimos.

Então, uma política pensada para desestruturar o órgão. Bom, esse projeto, a gente sabe que ainda não é o da privatização, mas é preparando para isso. O conselho deliberativo foi criado desde o início do DMAE, desde que é autarquia, e passaram por lá muitos prefeitos, muitos diretores, e ninguém foi atrapalhado pelo conselho deliberativo, ao contrário, o conselho deliberativo sempre ajudou as direções do DMAE. Essa conversa de que atrapalha é de quem não quer fazer as coisas direito. Não é coincidência que um ex-diretor, que está sendo processado por ter recebido R\$ 500 mil de propina, e um outro CC, que foi colocado para cuidar da licitação, vejam só, foi exatamente nessa gestão que ele não quer o conselho deliberativo, porque o conselho deliberativo é o olho da população. Até as empresas privadas tem conselho deliberativo, que são as representantes da sua estrutura de composição acionária. E quem são os acionistas de um órgão como o DMAE? É o povo! Então, nós precisamos que o povo mantenha os olhos no DMAE pela sua tarefa muito importante.

Por último, quero dizer que a entidade que se localiza na Holanda, na cidade de Amsterdã, cuja sigla é TNI – Transnational Institute, que estuda gestão pública no mundo inteiro, já tem um relatório sobre isso, vem acompanhando há muitos anos. Então, em 2023, já eram 1.700 serviços que foram reestatizados, Srs. Vereadores, reestatizados em mais de 50 países, como Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Canadá e por aí fora. Os senhores não podem cometer esse erro, nós temos agora um exemplo claro da Equatorial, empresa privada que foi privatizada com o voto do ex-deputado Sebastião Melo, e o serviço piorou muito na capital! Uma empresa privada pensa em lucro, é óbvio; alguém criou uma empresa privada para ter lucro, é evidente. Então eles cortam custo, não fazem investimento e, portanto, Srs. Vereadores, eu, que também vivi nesta Casa durante 12 anos, para meu orgulho, os senhores não podem ser responsabilizados por isso. O DMAE sempre foi um órgão de alta qualidade, respeitado no Brasil inteiro, e só perdeu qualidade exatamente com os prefeitos que defendem a sua privatização. Muito obrigado a todos, um forte abraço.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Sr. Guilherme Barbosa, 5 minutos e 59 segundos. Passo a palavra ao Ver. Giovani Culau e Coletivo.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ainda bom dia a todos e todas; bom dia, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, representações do governo, em especial, um cumprimento à sociedade civil que participa e acompanha esta audiência pública. E, quando cumprimento a sociedade civil, faço um registro e valorização especial ao Simpa, diga-se de passagem, a existência desta audiência pública é fruto da luta por participação social liderada pelo Sindicato dos Municipários e municipais aqui desta cidade, e por isso merece esse registro. Ao falar disso, Presidente, quero conectar a luta por participação social que garantiu esta audiência é o tema central talvez que nós precisamos refletir e examinar quando tratamos desse projeto de lei. Quando nós falamos em retirar o caráter deliberativo do conselho do DMAE, e inclusive a mudança proposta na sua composição, a intenção é explicitamente não só reduzir a condição da participação social, mas também tirar o seu poder de decisão. E vejamos bem, a razão dessa proposta de modificação tem dois vieses, o primeiro deles é que revela um caráter geral do governo, porque a mesma mudança foi feita em outros conselhos na cidade. O outro tema central é porque não há dúvida que essa mudança no caso do DMAE tem o objetivo nítido de facilitar, acelerar, desburocratizar, sim, mas desburocratizar para abrir caminho para privatização. Por isso quero dialogar com a fala de uma colega minha vereadora, é aqui que o tema desse projeto se relaciona com o tema da privatização, porque fazer essas alterações no conselho revelam o objetivo nítido do governo de privatizar, ou, como tenta dizer, conceder um serviço público fundamental, como é o tema da gestão da água e do saneamento da nossa cidade, para a gestão privada. Esses temas não só se relacionam com o debate que Porto Alegre precisa fazer sobre a ameaça da privatização, mas sim comparar as consequências da privatização da CEEE. Nós tivemos, inclusive na Câmara, uma CPI para investigar a situação da CEEE Equatorial na cidade, e, a todo momento, a base do governo tentou evitar o debate sobre a privatização.

Mas o povo sente na pele as consequências da privatização quando passa, por vezes, mais de uma semana sem abastecimento de energia elétrica nas suas casas. Eu quero chamar a atenção dos meus colegas vereadores e vereadoras: o prefeito Melo foi eleito, e ninguém aqui contesta a legitimidade do governo, mas como foi bem dito pelo Ver. Robaina, eleição não significa um cheque em branco, como também não significa vacina que imunize erros que a gestão possa cometer. Nós estamos diante de uma ameaça de um erro profundo – profundo! –, e eu quero que os vereadores reflitam. Porque, inclusive aqui nesta audiência, nós temos moradores da nossa cidade, porto-alegrenses, que votaram no Melo, são contra a privatização e estão aqui nesta audiência manifestando a sua posição contrária à privatização. Isso precisa ser levado em consideração pelos vereadores e vereadoras, porque essa é a nossa base social, que está atenta às nossas decisões. Eu ouvia a Ver.^a Mariana, do PP, que falava sobre uma maioria do centro-direita na Câmara, mas eu também peço essa reflexão, porque o ex-prefeito João Antonio Dib, também do PP, diretor-geral do DMAE, era um defensor do DMAE, dessa autarquia. Inclusive ser de centro-direita não significa necessariamente defender essa privatização, porque ela vai contra os interesses do povo desta cidade. Eu teria inúmeras questões para falar, é inadequado, no mínimo, responsabilizar o conselho pelos problemas nos geradores. Nós sabemos que a questão dos geradores revela, acima de tudo, impasses e problemas na gestão, assim como a demora na conclusão das obras do Arado, assim como a não execução das obras previstas no nosso plano de saneamento. Inclusive a não realização delas faz com que, até hoje, no Morro da Cruz falte água, assim como no conjunto da Zona Oeste e lá no Extremo-Sul, em que me criei. Porto Alegre – para concluir, Presidente – parece querer aderir a um projeto de desenvolvimento decadente, que é fazer no presente o que os outros fizeram no passado e agora tem revertido. Esse processo de precarização do DMAE é o que nos trouxe até aqui, e é a precarização do DMAE que precisa ser revertida. Por isso, Presidente, para concluir, eu, como líder da bancada do PCdoB, aponto a nossa posição contrária ao projeto pelas razões que levanto aqui, mas, acima de tudo, quero convocar os vereadores, as vereadoras e a sociedade civil a nos

unirmos para defender plebiscito para que o povo possa decidir sobre o tema colocado hoje, que é concretamente o tema da privatização. O povo participou na eleição, mas o povo tem o direito de decidir sobre o seu futuro, por isso que a bancada do PCdoB apresentou esse requerimento, e eu peço o apoio da sociedade, do Simpa e dos colegas vereadores e vereadoras para que a gente possa aprovar a convocação de plebiscito sobre a privatização do DMAE, que pode acontecer, porque a água pode ficar mais cara e o serviço pode piorar, como aconteceu com a CEEE e como aconteceu no mundo inteiro. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver. Giovani, 6 minutos. Não tendo mais nenhuma inscrição de vereadores e também cumprido o rito desta audiência pública de dez inscritos... E aqui eu deixo claro que normalmente, em audiência pública, são cinco oradores da sociedade civil contrários, cinco a favor; como tivemos só um a favor inscrito, nós repassamos as outras quatro inscrições para quem era contrário; dessa forma oportunizando que mais gente pudesse participar dessa discussão. Como o governo iniciou a fala dessa discussão, eu passo cinco minutos para o Simpa, para suas considerações finais; e depois, cinco minutos para o governo. O Sr. Edson Zomar de Oliveira, do Simpa, está com a palavra.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Eu acho importante, neste momento, registrar, apesar de todas as limitações, que é o início de um debate, consideramos assim, continuamos com a posição firme em defesa do DMAE público e contra o PLE nº 003/25. Continuamos com a posição de que o adequado nesse momento é a retirada desse PL, porque ele não encaminha no sentido da defesa do DMAE público nem do conjunto do interesse da população de Porto Alegre. Também consideramos que essa questão toda, que deve ter votação prevista no dia 23, deve ser reavaliada em conjunto, de forma inclusive que supere a questão partidária, porque acredito eu que o que está em debate agora não é uma posição ideológica de um grupo ou outro, e sim o interesse

público do conjunto da população de Porto Alegre, e nesse sentido a retirada do PL e o posicionamento contrário ao PL é fundamental para que possa ser retomado de forma concreta e conjunta com os servidores, com a cidade, o interesse público. Ou seja, o DMAE pertence à cidade de Porto Alegre, não pertence a um governo A, B, C, ou D. Nesse sentido nós conclamamos todos os vereadores presentes aqui que façam essa reflexão no sentido da defesa do interesse do bem comum; o que está em primeiro lugar é a defesa do DMAE público, o que é necessário neste momento é a renomeação de servidores, a volta da autonomia e a prioridade de projetos que atendam à população, como a conclusão da Ponta do Arado e outras questões mais. Porto Alegre não merece ficar refém de um monopólio privado, então defendemos a retirada do PL e que os vereadores em conjunto reavaliem essa questão e seja feito um debate no sentido de preservar o interesse comum dos moradores de Porto Alegre, que é a preservação do DMAE público.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto e quarenta. O senhor gostaria de usar mais o seu tempo?

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Só para concluir, Comandante, pode ser? Tem mais um fator interessante no movimento do governo agora: está sendo encaminhado ao conselho deliberativo do DMAE a apreciação do PL 003. Isso parece interessante, esse movimento, de forma tardia. De qualquer forma, consideramos que o conselho deve se posicionar contra a aprovação desse PL.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Dois minutos e três segundos. Mais alguém da sua diretoria que o senhor gostaria de passar a palavra, Sr. Edson?

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Só um minuto por favor.

SRA. JANE PILAR (PT): Edson eu não consegui me inscrever, se tu pudesses me ceder dois minutos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadora Jane, é para o Simpa, não posso autorizar, a não ser que a Ver.^a Jane faça parte do Simpa. O senhor teria mais alguém, algum diretor que gostaria de usar a palavra, Sr. Edson? (Pausa.)

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Vai falar a diretora Cindi Sandri.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Obrigada, diretor. Aqui me permito repetir algumas questões que já foram trazidas porque é absolutamente pertinente essa questão do conteúdo desse PL. Eu tenho certeza que todos que falaram antes de mim trouxeram questões técnicas e políticas que dão conta do que significa para nós, quais as observações que a gente faz em relação ao objetivo do governo em relação a esse PL, inclusive em relação à pressa dele.

Agora, eu quero trazer para cá, deixar registrado que essa estrutura desse formato *online* foi apresentada para trazer como argumento, tanto da Câmara de Vereadores quanto do Governo Municipal, de que este foi um momento em que foi patrocinado, foi produzido de debate com a população da cidade, é absolutamente *fake news*: problemas técnicos, problemas de conexão, problemas de acesso da população que tentou entrar. Vocês viram aqui pelo menos duas pessoas que não conseguiram participar, mesmo tendo se inscrito. Então se há hoje uma prova de que o nosso argumento de que é necessário que as audiências públicas sejam pelo menos híbridas, está aqui a prova hoje. Eu só quero dizer para vocês, deixar registrado aqui, porque sei que está acontecendo a gravação dessa audiência, que espero que não aconteça a mesma coisa com a audiência que vai começar às 19 horas, porque eu entendo que é vergonhoso para a Câmara de Vereadores, com o tanto que ela tem de tecnologia, trazer para a população de Porto Alegre a transmissão com tão baixa qualidade como vocês estão fazendo agora para essa audiência pública desse PL. Espero que a gente não assista a vergonha que foi tudo que já aconteceu aqui nessa audiência quando nós tivermos a sala aberta da audiência pública da FASC. E saibam, de

novo, para ficar registrado, que isso só está acontecendo porque o Simpa tomou a iniciativa, depois da negativa da Câmara de Vereadores, depois de o governo dizer que não discutia conosco e que o problema estava com a Câmara de Vereadores, porque foi uma decisão, uma ordem judicial, não tem nada de democrático aqui na posição da direção da Câmara de Vereadores, dessa gestão da Câmara de Vereadores. Que fique bem registrado aqui o nosso repúdio à *fake news* que está acontecendo neste momento, onde o argumento de que o debate público se consolida, o que não é verdade. Aqui a prova.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Simpa. Gostaria aqui de informar que 77,86% do tempo foi utilizado por vereadores contrários ao projeto, e que 16,04% pelos vereadores.

(Manifestação paralela. Ininteligível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu gostaria de respeito. Nós estamos aqui numa audiência pública que é séria, estou repassando aqui informações importantes para todos. E 16,04% de vereadores que são a favor do projeto. Gostaria agora de ouvir também, nos seus cinco minutos, o governo municipal.

SR. ANDRÉ CORONEL: Obrigado, Presidente Comandante Nádia. Aproveito para agradecer o espaço e a condução dos trabalhos e dizer que entendemos que a finalidade da audiência foi plenamente atendida. Ouvimos atentamente os apontamentos, sejam do sindicato, sejam da oposição, para nós também é importante, pois muitas vezes, mesmo apontamentos contrários podem ser muito enriquecedores para melhorar o nosso projeto e até mesmo para a gente propor eventualmente alguma mudança. Nós respeitamos profundamente a discussão de todos, entendemos que temos a competência e a objetividade necessária para propor o que nós estamos propondo. Quero registrar novamente que tratam-se de mudanças administrativas próprias de quem está no poder no

momento, venceu a eleição e está propondo o que entende que pode tornar a autarquia mais eficiente e mais moderna. Então reiteramos a necessidade da mudança do conselho, de deliberativo para consultivo, bem como essa remodelização da criação de novas diretorias para melhorar a eficiência do DMAE. Eu vou aproveitar aqui e passar ao diretor-presidente Darcy para contrapor alguns pontos, para efetivamente não haver dúvidas sobre o posicionamento do que nós estamos apresentando.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Agradeço essa oportunidade, vou tentar ser objetivo em algumas coisas que eu achei principais, que foram anotadas; muitas até não tem muito a ver com o PL, objetivamente, como ele está posto, mas eu acho que é um momento importante para esclarecer, dirimir dúvidas e tirar determinados fantasmas que se criam sobre as coisas.

Primeiro, objetivamente, sobre a fala do Alexandre e da Sandra, de que é injusto eu ter culpado o conselho pelas inundações. Eu não falei isso, eu só dei um exemplo que uma contratação que é extremamente importante para a celeridade, para o funcionamento da cidade, foi demorada, atrasada e protelada pela forma que o conselho funciona. Não é contra as pessoas do conselho, é pela forma que o conselho funciona. No momento, nesse caso, dois ou três conselheiros tiveram dúvidas sobre a contratação, mas a contratação seguiu a 14.133, a contratação seguiu os decretos municipais que regulamentam as licitações dentro do Município, não precisa o conselheiro ter dúvidas sobre isso, tem órgão de controle, TCE, Ministério Público de Contas, tem a Controladoria do Município, todo mundo faz, todos esses órgãos de controle fazem auditoria sobre as licitações. Então, foi a dúvida de dois ou três conselheiros que protelou a contratação em quatro semanas; não precisava ter protelado, podia ter quatro semanas antes os geradores sendo instalados.

Segundo, o Ver. Pedro Ruas suscitou que o DMAE não pode ter processo de concessão porque não tem agência, mas uma das pautas desse projeto de lei é a criação de uma diretoria de regulação. Então, nós estamos fazendo aqui uma

modernização administrativa para dar foco e atenção para a regulação, justamente isso.

Terceiro, falou-se sobre a atuação do DMAE em atividades relacionadas à habitação. Por que isso? Para melhorar e avançar com as obras, principalmente macrodrenagem. Vou dar um exemplo, o Arroio Cavalhada. No Arroio Cavalhada, nós temos um projeto pronto de ampliação do canal entre Icaraí e Arroio Passo Fundo e ele está travado porque ele está dependente da construção de moradias para tirar os moradores. Talvez, se o DMAE pudesse atuar nisso, não que fosse usar o caixa do DMAE, mas o DMAE ia apoiar projetos ou iniciativas para poder tirar as pessoas e fazer as obras de forma mais rápida, é só isso. Quarto, a Sandra e o Edson falaram que as privatizações vão aumentar as tarifas e que privatização não é o caminho. Olha, as PPPs de esgotamento sanitário, até agora muitas, quase todas – não sei se é quase todas, porque não vou dizer, afirmar isso com certeza –, que eu acompanhei, foram contratadas com preços de tarifa de esgotamento sanitário abaixo do que o DMAE cobra. Abaixo do que o DMAE cobra! Mato Grosso do Sul, aqui a Ambiental Metrosul, que é uma das mais caras, é abaixo do que o DMAE cobra. Várias lá no Espírito Santo, no Ceará, em Pernambuco. A PPP de esgotamento sanitário foi contratada com valor abaixo de tarifa do que o DMAE pratica, então não é verdade, não vai aumentar a tarifa, o privado faz com um valor menor de despesa. Outra coisa, foi citado aqui: a Ponta do Arado é um projeto desde 2017 que não termina. Pois não termina porque é administração pública direta, gente. Por que teve que ser um esforço enorme da nossa gestão, em 2018 e 2019, contratar financiamento para construir a Ponta do Arado? Por que não tinha caixa no DMAE. Por que não tinha caixa no DMAE? Porque o recurso foi utilizado para custeio da máquina da Prefeitura da Administração Central, então é por isso que teve que buscar empréstimo. E por que não termina? Porque é licitação pública direta, se fosse uma PPP de sistema produtor de água estava pronto, como tem na Sabesp, tem na Sanepar, tem em tudo que é lugar. Eles fazem a PPP e em quatro anos o sistema está de pé, funcionando. Nós estamos fazendo licitação pública, aí a licitação pública tem concorrência, tem problema na contratação,

tem problema na empreiteira, tem dificuldade de condução das obras, e aí as obras se arrastam, como é o Brasil inteiro com obras paradas.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Para encerrar, diretor.

SR. DARCY NUNES DOS SANTOS: Tem mais três, por favor, Presidente. O Jonas disse que eu não autorizei compra de ferramentas quando eu estava gestando. Não sei de onde! Ano passado foi um ano que teve um incremento grande de caminhonete na GMan, caminhão hidrojato e outros equipamentos. “Ah, que tem que contratar funcionários”, isso foi em várias falas. O PL tem que contratar funcionários, mas o PL não proíbe contratação de funcionários, ninguém falou, não está escrito em lugar nenhum no PL que proíbe contratação de funcionários. E a última da Ver.^a Natasha, eu queria deixar bem claro, assim, acho que é um ponto importante: “Ah, o prefeito quer dividir os 400 milhões de caixa que estão entre os seus amigos”. Olha só, concessão pública, parceria público-privada não é pegar o extrato e a conta bancária e passar para um privado. O extrato e a conta bancária do DMAE continuam sendo do DMAE público, sob auditoria de todos os órgãos públicos. A contratação de uma parceria, de uma concessão, é um prestador de serviço que assume o risco econômico e técnico-financeiro da operação, é só isso. Mas ele tem que cumprir as metas, cumprir o desempenho e a conta bancária não é dele, a conta bancária é pública. Então, não tem transferência do recurso no caixa para um privado, não existe isso. Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, diretor Darcy e todo o governo. Quero aqui também informar que das manifestações da sociedade civil, 92% do tempo utilizado foram de pessoas contrárias ao PL e 8% a favor. Quero agradecer aqui a presença da vice-prefeita Betina Worm, do secretário André, dos diretores do DMAE, agradecer a presença do Simpa, de todos os vereadores que estão hoje aqui nesta audiência pública, também das pessoas da sociedade civil que participaram, agradecendo a oportunidade de

todas estarem aqui presentes, e já aproveito para fazer o convite de que, às 19 horas, teremos outra audiência pública a respeito dos dois projetos da FASC, e todos serão muito bem-vindos.

Está cumprido o rito da audiência pública a respeito do PLE nº 003. Muito obrigada a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 12h43min.)